



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

FERNANDA APARECIDA DE FREITAS

**A PIETÁ NA AUSÊNCIA DO CORPO:
UM ESTUDO DE REBENTAR, DE RAFAEL GALLO**

Londrina
2025

FERNANDA APARECIDA DE FREITAS

A PIETÁ NA AUSÊNCIA DO CORPO:
UM ESTUDO DE REBENTAR, DE RAFAEL GALLO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras (Estudos Literários), da Universidade Estadual de Londrina como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Almir Aquino Corrêa.

Londrina
2025

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

Freitas, Fernanda Aparecida de.

A pietá na ausência do corpo : um estudo de Rebentar, de Rafael Gallo /
Fernanda Aparecida De Freitas. - Londrina, 2025.
76 f. : il.

Orientador: Almir Aquino Corrêa.

Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Estadual de Londrina, Centro
de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Letras, 2025.
Inclui bibliografia.

1. Luto - Tese. 2. Desaparecimento - Tese. 3. Literatura Brasileira - Tese. 4.
Rebentar - Tese. I. Corrêa, Almir Aquino . II. Universidade Estadual de Londrina.
Centro de Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Letras.
III. Título.

CDU 82

FERNANDA APARECIDA DE FREITAS

**A PIETÁ NA AUSÊNCIA DO CORPO:
UM ESTUDO DE REBENTAR, DE RAFAEL GALLO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras (Estudos Literários), da Universidade Estadual de Londrina como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Almir Aquino Corrêa
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Profa. Dra. Vanderleia da Silva Oliveira
Universidade Estadual do Norte do
Paraná – UENP

Profa. Dra. Patrícia Josiane Tavares
da Cunha
Universidade Estadual do Paraná –
UNESPAR

Londrina, 29 de outubro de 2025.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade Estadual de Londrina, pelo espaço de construção de conhecimento.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES), pela bolsa concedida para a pesquisa.

Agradeço ao meu orientador Dr. Almir Aquino Corrêa, pelos ensinamentos, pela paciência e pelo carinho e humanidade demonstrada durante o processo de construção deste trabalho.

Agradeço a todos os professores que de alguma forma contribuíram com a minha formação, desde os anos iniciais. Às professoras que me iniciaram na pesquisa científica e a quem devo tanto.

Agradeço à professora Dra. Vanderléia da Silva Oliveira e à professora Dra. Patrícia Cunha, pelas grandes contribuições durante a banca de qualificação.

Agradeço à minha família por ter sempre incentivado os meus estudos e por ter me dado o suporte para tal. Ao meu irmão, Fernando, que dedicou seu tempo aos deslocamentos até a cidade de Londrina, ao meu pai, José Roberto e à minha mãe, Celia, que também sempre me incentivaram a perseguir a carreira acadêmica.

Agradeço ao meu companheiro, Wilson pelo seu apoio e por cada dia compartilhado estudando, aprendendo e crescendo ao meu lado.

Agradeço aos autores que me impulsionaram a conhecer outra vida por meio dos livros e me ajudarem a construir uma nova versão de mim a cada leitura.

You think your pain and your heartbreak are unprecedented in the history of the world, but then you read.

James Baldwin

RESUMO

FREITAS, Fernanda Aparecida de. **A pietá na ausência do corpo**: um estudo de *Rebentar*, de Rafael Gallo. 2025. 76 p. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2025.

Em uma estrutura cíclica de esperança e resignação, uma mãe empreende uma busca pelo filho desaparecido durante trinta anos, período no qual revive continuamente a ausência dele. Percebendo a impossibilidade de recuperá-lo e reconhecendo a perda, ela decide abandonar as buscas, desencadeando uma série de conflitos emocionais. O objetivo desta dissertação é o de traçar uma análise da psicologia da personagem Ângela no romance *Rebentar* (2015), de Rafael Gallo, diante do caráter incerto do desaparecimento, que impede a realização de ritos e a concretização da perda. Para tanto, a metodologia empregada é a abordagem qualitativa, bibliográfica e com análise de conteúdo. A narrativa se constrói em uma lógica elegíaca, utilizando a ausência como sua motivação estética. A partir da renúncia ela se reconstrói e ressignifica a relação com o filho, reconhecendo a perda como irreversível e enterrando-o simbolicamente, na tentativa de prosseguir com a própria vida e se reconciliar com suas memórias. A pesquisa parte de estudos fenomenológicos para compreensão de diversos modelos de luto, sobretudo inconclusivos, como o luto ambíguo proposto por Boss (1999), diante da dificuldade de se reconhecer a perda concreta nos casos de desaparecimento. Também se emprega como pressuposto teórico os estudos de Lacan (1998; 2005) acerca da formação do sujeito e a influência do Outro, culminando na problemática da ausência do Outro na obra, que resulta na fragmentação do Eu. Propõe-se que o modelo de luto exibido pela personagem ao fim do romance seja o de laços contínuos (Klass, Silverman e Nickman, 1996), no qual a perda não simboliza um encerramento do vínculo, mas sim uma continuidade. Espera-se através da análise e das discussões apresentadas, contribuir na ampliação do escopo do romance e da literatura brasileira, sobretudo na sua relação com a narrativa elegíaca, ressaltando a necessidade do reconhecimento permanente da perda e da reestruturação da personagem na ausência do filho.

Palavras-chave: luto; desaparecimento; *Rebentar*; literatura brasileira.

ABSTRACT

FREITAS, Fernanda Aparecida de. **Pietà in the absence of the body**: a study of *Rebentar*, by Rafael Gallo. 2025. 76 p. Dissertation (Master's degree in Letras) – State University of Londrina, Londrina, 2025.

In a cyclical structure of hope and resignation, a mother goes on a search for her son who disappeared thirty years ago, a period in which she continually relives his absence. Realizing the impossibility of recovering him and acknowledging her loss, she decides to abandon the search, triggering a series of emotional conflicts. The objective of this dissertation is to analyze the psychology of the character in Rafael Gallo's novel *Rebentar* (2015), given the uncertain nature of the disappearance, which prevents the performance of rites and the realization of the loss. To this end, the methodology employed is a qualitative, bibliographic approach with content analysis. The narrative is constructed in an elegiac logic, using absence as its aesthetic motivation. From resignation, she rebuilds and reframes her relationship with her son, recognizing the loss as irreversible and symbolically burying him in an attempt to move on with her own life and reconcile with her memories. The research draws on phenomenological studies to understand various models of mourning, especially inconclusive ones, such as the ambiguous mourning proposed by Boss (1999), given the difficulty of recognizing concrete loss, as in cases of disappearance. The studies by Lacan (1998; 2005) on the formation of the subject and the influence of the Other are also used as a theoretical assumption, culminating in the problem of the absence of the Other in the work, which generates the fragmentation of the Self. It is proposed that the model of mourning exhibited by the character at the end of the novel is that of continuous bonds (Klass, Silverman, and Nickman, 1996), in which loss does not symbolize an end to the bond, but rather a continuity. It is hoped that the analysis and discussions presented here will contribute to broadening the scope of the novel and Brazilian literature, especially in its relationship with elegiac narrative, emphasizing the need for permanent recognition of loss and the restructuring of the character in the absence of her son.

Key-words: mourning; disappearance; *Rebentar*; brazilian literature.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Nó borromeano	56
-------------------	---------------------	----

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	11
1	REBENTAR: UM ROMANCE SOBRE O TRAUMA DA AUSÊNCIA	13
1.1	Autor, fortuna crítica e obra	13
1.2	Instâncias narrativas em rebentar	15
1.3	O trauma em rebentar: a provocação emotiva	19
2	A MÃE ENLUTADA	24
2.1	A ausência do corpo, o luto adiado e o luto ambíguo	24
2.1.1	O luto e o tempo: mãe, interrompida	32
2.2	A perda de um filho e a síndrome do luto não antecipado	35
2.3	O luto interminável e laços contínuos	45
2.4	Vínculos maternos: a mãe de um ausente	50
3	A VOZ AUSENTE DO OUTRO NA VIVÊNCIA DO LUTO	54
3.1	A construção do eu na ausência do outro	54
3.1.1	Perspectivas lacanianas sobre a construção do eu	56
3.1.2	Quando o outro está ausente: um diálogo impossível.....	60
3.2	Perda do outro e perda do eu	64
3.2.1	Reconstrução do eu e reconfiguração do desejo	67
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	71
	REFERÊNCIAS	73

INTRODUÇÃO

Dos pais há sempre uma expectativa em relação aos filhos, uma projeção idealizada daquilo que poderão se tornar no futuro. Nesse sentido, antes mesmo do nascimento, o filho já está se materializando nos desejos e expectativas deles (Rando, 1986). A perda de um rebento rompe com toda a ordem natural da vida, os pais a sentem como uma mutilação, o abrupto golpe contra suas projeções, revelando-os como falhos e incompletos. No processo de luto, há necessidade de ressignificar essa relação para assimilação da perda, contudo, no luto parental esse processo é muito mais custoso, porque a perda não é esperada, escapa à lógica temporal na qual os filhos sobrevivem aos pais.

Os ritos fúnebres também são essenciais para que se concretize o luto e a morte seja percebida como um fato concreto. A partir do século XX, na sociedade ocidental, houve um distanciamento desses ritos e as grandes explosões de luto passaram a ser desencorajadas e o sofrimento velado, causando prejuízos emocionais para os enlutados (Ariès, 2003). O corpo possui uma importância ímpar para o reconhecimento da morte; sem ele, a natureza da morte permanece incerta e o luto não pode ser concretizado efetivamente.

Rebentar (2015), de Rafael Gallo, retrata a história de uma mãe que sofre uma perda ainda mais avassaladora pela sua natureza incerta: o desaparecimento do filho. Ela passa anos à espera de um retorno, esgotando nas buscas todas as possibilidades de desfecho. Nesse processo, é carregada pelo tempo, pois se passam trinta anos sem que possa recuperá-lo, até que decide renunciar e reconhecer a perda como definitiva, enterrá-lo simbolicamente. A angústia desse processo é minuciosamente descrita em uma prosa densa, que oferece ao leitor uma vivência diferente do luto.

A obra suscita uma série de discussões que serão aqui contempladas, como a maternidade, o luto e a ausência. Busca-se compreender como a personagem consegue reconstruir o vínculo com um ausente e como se relaciona a mãe com aquele que perdeu definitivamente: o menino de cinco anos que, mesmo se reencontrado, jamais seria o mesmo. Espera-se contribuir com a fortuna crítica do autor, ainda pouco explorada em recentes pesquisas e, também, com os estudos de literatura brasileira contemporânea e sua expressão na temática do luto e da ausência. Utiliza-se, para a análise, alguns estudos do eixo da teoria literária, da psicanálise e da sociologia, pois o foco é a análise da construção da personagem, explorando sua

psicologia.

A dissertação é composta por três capítulos: o primeiro introduz o autor e a obra, oferecendo uma breve síntese do romance e uma análise dos principais elementos narrativos, tais como narrador, personagem, tempo e espaço, refletindo sobre como são desenvolvidos na trama, considerando a tentativa de ficcionalizar a perda, e como esses mecanismos contribuem, de alguma forma, para potencializar a narrativa. Além disso, conceitua-se a estética do trauma sobre a qual o romance se constrói ao centralizar a perda.

O segundo capítulo versa sobre o luto da mãe, especificamente sobre suas condições adversas, para tanto, conceitua-se o luto sob várias perspectivas teóricas, relacionando-as com o luto vivenciado pela personagem, sobretudo no que tange à problemática da ausência do corpo e, conseqüentemente, da impossibilidade de realizar-se os ritos fúnebres, impedindo a concretização da perda. Trata-se especialmente do luto ambíguo (Boss, 1999) vivenciado por familiares de desaparecidos, em que, dada a condição adversa, é caracterizado por sentimentos ambíguos de esperança de um retorno e uma angústia gerada pela ausência. Além desses aspectos, aborda-se a problemática do luto parental e, especificamente, do luto materno. Sabe-se que a figura da mãe carrega uma expectativa social: a mãe é aquela que zela, protege e ama incondicionalmente. Portanto, na obra urgem os questionamentos: o que é uma mãe sem um filho? Como se dá a construção dessa parentalidade? Em que medida o amor dela está atrelado ao sacrifício de se manter em profundo sofrimento pelo desaparecimento dele? E qual é a perspectiva sobre a mãe que desiste das buscas, ou, ainda, da mãe que “perde” o filho?

O terceiro e último capítulo apresenta uma análise psicanalítica da obra com base em Lacan (1998; 2005), buscando explicar a problemática da ausência do filho na construção e manutenção da identidade da mãe. A situação imposta após o desaparecimento é a falta de um referente ao qual responder. Nesse sentido, em que medida é possível um diálogo com o ausente? A mãe, em uma tentativa de preencher essa lacuna deixada pelo desaparecido, tenta criar um simulacro dele, com seus próprios significantes, percebendo, contudo, a falta do filho projetar-se nela própria, pois com a perda do Outro, ocorre também uma perda do Eu, a mãe não consegue mais se ressignificar no mundo sem o filho.

1 REBENTAR: UM ROMANCE SOBRE O TRAUMA DA AUSÊNCIA

O presente capítulo apresenta um panorama sobre o autor, a obra e os elementos narrativos empregados na sua construção, tais como narrador, personagem, tempo e espaço. Ademais, discute-se sobre o trauma da perda e da ausência como catalisador da narrativa.

1.1 AUTOR, FORTUNA CRÍTICA E OBRA

Rafael Gallo nasceu em 1981, na cidade de São Paulo, graduou-se em Música pela UNESP em 2009, recebeu o título de mestre em Processos Audiovisuais pela USP em 2015, atuou como docente na Academia Internacional de Cinema, na UFSCAR, na Faculdade Integrada de Bauru, e como escrevente no Tribunal de Justiça de São Paulo. Atualmente, é doutorando na Universidade de Lisboa. Iniciou sua carreira como escritor em 2012 com a publicação da coletânea de contos *Reveillon e outros dias* pela editora Record, após receber o prêmio Sesc de literatura. Posteriormente, publicou seu primeiro romance, *Rebentar*, em 2015, pela mesma editora. A obra foi finalista do prêmio Jabuti e lhe granjeou o prêmio São Paulo de Literatura em 2016, na categoria “Autor estreante abaixo dos 40 anos”. Em 2022, ganhou o prêmio José Saramago de literatura pela obra *Dor fantasma*, publicada no Brasil pela editora Biblioteca Azul em 2023, sendo o quarto brasileiro galardoado com o prêmio.

Em abril de 2024, realizou-se uma pesquisa no Google Acadêmico com as seguintes palavras-chave: “Rafael + Gallo + Rebentar”. Utilizando esses termos encontrou-se apenas um artigo sobre o romance, publicado por Barreto (2019). Posteriormente, foram utilizadas as palavras-chave “Rafael + Gallo + literatura”, sendo encontrados apenas quatro artigos de análise dos contos “Balas” e “Violentada”, presentes na coletânea *Reveillon e outros dias* (2012), publicados por Oliveira (2019, 2021), Dutra (2021) e Santos (2023). Não foram encontrados artigos sobre o romance *Dor fantasma*, romance mais recente de Rafael Gallo. Além disso, uma pesquisa realizada no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES no mesmo período não identificou nenhum registro para os termos “Rafael + Gallo” ou “Rafael + Gallo + Rebentar”. A escassez de trabalhos aponta para uma fortuna crítica ainda pouco expressiva acerca de suas obras, justificando a contribuição da presente pesquisa na

ampliação desse escopo através da análise e discussão do primeiro romance do autor.

Rebentar (2015) retrata os conflitos de Ângela diante do desaparecimento do filho Felipe aos cinco anos, em uma galeria. A mãe passa três décadas em busca dele, até perceber que seus esforços em recuperá-lo consumiram sua vida, suspendendo-a no tempo. Após tantos anos à espera de um retorno, ela decide encerrar as buscas e reconstruir sua vida.

De acordo com o dicionário Michaelis, o verbo *rebentar* (REBENTAR, 2025) significa “quebrar-se ou romper-se com grande ruído ou violência, despedaçar-se, estalar-se”. O verbo deriva do substantivo rebento, que alude ao filho. Essas definições acentuam desde já a temática da obra: a dor violenta da perda de um filho. O impacto do desaparecimento sobre a vida da mãe é comparado à força da natureza, pelo modo como a água do mar rebenta contra a costa em contraste com a impotência do ser humano. *Rebentar* simboliza o rompimento forçado dessa ligação entre mãe e filho por forças externas e incontroláveis.

A primeira edição da obra, publicada em 2015, é dividida em 9 capítulos, que levam como título os meses correspondentes ao processo de renúncia da protagonista. A narrativa inicia *in ultima res*, apresentando o desfecho da obra no mês de “Maio”, 8 meses após sua decisão de encerrar por completo as buscas pelo filho. Ângela explica à plateia da associação “*Mães em busca*” o porquê de sua renúncia após trinta anos à espera de um retorno. Seu discurso é a última etapa do encerramento a esse processo, marcando o fim da diegese. No capítulo seguinte, o narrador recua no tempo, deslocando a narrativa para o início, demonstrando ao longo dos capítulos subsequentes como se deu sua renúncia, de “Setembro” a “Abril” do ano seguinte. Essa estrutura alude a uma gestação às avessas, período em que a mãe se permite renascer depois do encerramento das buscas, abrindo um espaço para uma nova versão de si.

A decisão é impulsionada por uma fotografia de envelhecimento digital exibida em um evento da associação, na qual a imagem do filho adquire um semblante muito diferente do que tinha na tenra infância. Perturbada pela imagem modificada, ela percebe que um reencontro, além de improvável, seria insuportável pela dor de construir uma relação com um desconhecido. Para se desvencilhar das buscas e tudo que remete à perda, a mãe coloca sua casa à venda e realiza uma reforma, substituindo os pisos velhos por novos, afastando-se aos poucos do passado trágico. Essas mudanças, embora necessárias, evocam memórias do desaparecimento,

dificultando o processo. Ela também enfrenta outros conflitos envolvendo sua decisão, como a desaprovação de outras pessoas, a dor de desfazer o quarto de Felipe e de deixar a casa onde viveu por tantos anos na expectativa de seu retorno.

Durante a renúncia, a personagem volta a frequentar ambientes e eventos familiares, antes contaminados pelo desaparecimento, como festas de Natal e Ano Novo, visita a galeria onde ele havia desaparecido, retorna ao ofício docente e, finalmente, encerra relações com o grupo “*Mães em busca*”, para que o filho não fosse mais procurado. Quando as reformas da casa terminam, Ângela e o marido a vendem e se mudam, decididos a deixar o passado para trás em definitivo e buscar conforto em um futuro possível.

Em 2023 a obra foi relançada em uma nova edição, na qual o autor se preocupou em refinar e polir o texto. Em sua essência, ele não sofreu grandes transformações, a trama, os conflitos e o desfecho permaneceram inalterados. No entanto, o autor optou por reduzir os diálogos e a introduzi-los por aspas, diminuindo a extensão do texto, que de 376 páginas passou a 274 páginas.

Além da revisão textual e da reescrita de alguns trechos, Gallo inseriu novas situações na obra, conferindo outros contornos à protagonista, bem como a reação dos demais personagens à renúncia, mais relutantes em aceitar a decisão dela. A relação de Ângela com o marido também é mais conflitante do que na primeira edição do texto, entrando em crise após o desaparecimento do filho. Outra alteração significativa é a inserção de um novo capítulo em “Outubro”, no qual Ângela participa de um programa de TV com outras mães de filhos desaparecidos. A situação provoca reflexões sobre a possibilidade de reencontrar o filho após tantos anos, já irreconhecível, catalisando a decisão de renúncia que viria algum tempo depois.

Não se pretende realizar um estudo comparativo entre as obras, optando-se pela primeira versão do texto, publicada em 2015 e analisada ao longo deste trabalho.

1.2 INSTÂNCIAS NARRATIVAS EM REBENTAR

Em *Rebentar* (2015), o narrador heterodiegético e onisciente seletivo admite certa distância, não participando dos eventos narrados, mas descrevendo as motivações e pensamentos das personagens, com foco nas experiências de uma única personagem, movimentando-se em torno dela. Não é a voz dela que produz o relato, mas a do narrador, que tudo sabe a seu respeito. É ele quem detém a voz

sobre a diegese, retratando suas experiências e reproduzindo no discurso os pensamentos dela. A escolha desse narrador é significativa quando se reflete sobre a densidade de um relato como este. A perda de um filho escapa da significação da linguagem usual, porque é um acontecimento imprevisível, inesperado. O distanciamento do narrador permite que se adentre esse espaço de perda e dor e se atribuam contornos a ele de modo ordenado e coerente; verbalizando uma dor que está para além da linguagem.

Ângela é a peça central do romance, sendo os seus conflitos condutores da narrativa. As outras personagens da trama atuam ou fornecendo suporte a ela, ou como antagonistas à sua decisão. O narrador não se detém a descrever com minúcias os estados mentais das outras personagens, porque não são o foco da narrativa. No entanto, é por meio da intervenção de outros personagens que a protagonista progride em sua renúncia.

O espaço central de *Rebentar* (2015) é uma cidade descrita pelo narrador como um lugar movimentado, repleto de prédios, carros, pessoas e, principalmente, violência. Ângela se sente pequena em relação à cidade:

Prédios e mais prédios se multiplicam em paredes e janelas, deixando entrever apenas uma fina fatia do céu e dos viadutos que, ao longe, dão continuidade ao mesmo engarrafamento. Esse é só um pequeno pedaço do mundo, parte minúscula mesmo da cidade. Às vezes parece que é tudo grande demais, pesado demais para uma única pessoa. (Gallo, 2015, p. 75)

Não tendo acompanhado as mudanças, a mãe está presa a um espaço que não mais existe, quando os carros ainda não circulavam em grande número, há três décadas. Transformada em um centro de transporte marítimo e exploração petrolífera, a pequena cidade litorânea foi adquirindo novos contornos, enterrando o lugar por onde um dia Felipe circulou.

A casa é simultaneamente um espaço de refúgio e trauma. Quando decide abandonar as buscas, ela percebe que não poderia permanecer naquele local, fonte de memórias do filho e exílio do mundo. Precisava sair para poder retomar a sua vida, do contrário, estaria constantemente revivendo a perda. Decidida a vender a casa, ela presencia aquele espaço se desfazendo lentamente durante as reformas dos cômodos.

A galeria é onde o filho desaparece e “onde sua tragédia teve início, o centro nevrálgico do seu trauma.” (Gallo, 2015, p. 201). Enquanto dirige, Ângela se sente

atraída por este espaço, pela curiosidade de verificar, uma vez mais, se seu filho lá não permaneceria, como um fantasma. Quando finalmente consegue retornar para a galeria, ela revive os dias de angústia desde o momento em que soltou a mão dele. Embora seja um espaço de dor, enfrentá-lo faz parte do seu processo de renúncia.

O espaço de maior densidade emocional, no entanto, é o quarto do filho. Como um santuário, Ângela guarda todos os seus pertences intocados: a cama arrumada e os brinquedos organizados. É o refúgio da sua imagem, local onde mantém a lembrança dele viva, intocada, à espera do retorno. Contudo, a decisão de renúncia e a frustração por ter que se separar definitivamente deste templo levam-na a destruí-lo ao fim da diegese, constatando que não há mais esperanças de retorno, enterrando, simbolicamente, o filho. Esse processo será discutido no capítulo seguinte.

O antigo cais é o primeiro espaço a aparecer na narrativa, cronologicamente. À beira-mar, Ângela relembra quando perdeu o filho. No cais, ela sente que pode ignorar a perda, tranquiliza-se pelo movimento do mar, pela suspensão do tempo, diante de um espaço que permanecia inalterado há décadas. O mar lhe inspirava resiliência, “um modelo de força no qual deveria se espelhar” (Gallo, 2015, p. 22). No entanto, diante da renúncia, aquele espaço não poderia mais permanecer em sua rotina, precisava seguir em frente e se desfazer dele. Despedia-se do cais, como se também estivesse se despedindo do filho.

No que tange ao tempo, percebe-se duas linhas temporais coexistindo na obra: o tempo da perda e o tempo da renúncia. A perda é relatada no passado de Ângela, por meio de analepses que discorrem sobre o desaparecimento do filho. Descobre-se de que forma ela lidou com isso e como sua vida estagnou depois dessa tragédia pessoal. Como consequência, a obra demonstra em vários trechos a dificuldade da mãe de acompanhar as mudanças de seu tempo e de participar ativamente do seu próprio presente. Na vivência do luto, a relação com o tempo cronológico sofre uma perturbação, gerando a sensação de atemporalidade, na qual o sujeito enlutado se vê em um limbo entre vida e morte (Hughes, 2024), desligando-se da continuidade imposta pelo presente e da possibilidade de um futuro. Para Ângela o único tempo possível é o tempo da perda, onde se permanece e onde se vive, tornando-se incapaz de se voltar para o futuro, pois a perda do filho a desloca constantemente ao passado.

A repetição da perda é vista como uma tentativa constante de preservar a memória daquilo que foi perdido. Conforme Broom e Peterie (2024), é na memória que se encontra a preservação do outro; a memória é a única forma de presença

daquilo que não mais está. Essa atividade muitas vezes é vista como infinita, pois a progressão do tempo não elimina a presença do ausente. Além disso, há, em relação ao futuro, um certo ressentimento, visto que a perda de um ente querido representa também a perda do futuro idealizado com ele. Assim, apegar-se a ele (e, portanto, ao passado) é uma forma de prolongar sua presença, fechando-se para o futuro que já não mais o contém.

Ângela vê o tempo a partir do próprio filho, através da sua existência e ausência; não o reconhecer presente torna o tempo fragmentado. O futuro não pode ser concebido na ausência dele, portanto, é ignorado, desconhecido, só pode ser encarado uma força destrutiva. O passado é o ponto de encontro com a única figura que reconhece do filho. Contudo, compreende a impossibilidade de retorno daquele Felipe enclausurado em sua memória: “Quando um filho e um estranho qualquer não podem mais ser diferenciados, não podem ser distinguidos um do outro, não há mais o que se recuperar. No fim, mesmo que ele não tenha morrido, *o tempo o desfez*” (Gallo, 2015, p. 83, grifo meu).

A mãe perde o fio do tempo cronológico, o tempo regulador que mensura as horas, os dias, as semanas e os anos. Passa a ser predominantemente guiada pelas memórias e pela ansiedade de um futuro irrecuperável, pois o tempo de convivência lhe foi arrancado. Na sua vivência há a predominância de Krónos (tempo linear) sobre Kairós (tempo qualitativo), pois embora Ângela estivesse presa à memória e aos significados atribuídos às horas compartilhadas com o filho, o tempo, linearmente, continuava a passar e a modificar tudo ao seu redor, sem que ela notasse.

O narrador se refere ao dia que se sucedeu à perda como “o dia que não terminava e era sempre o mesmo” (Gallo, 2015, p. 21). Revivendo-o constantemente, ela tem a impressão de se refugiar do futuro, da possibilidade da morte, da confirmação da irreversibilidade do tempo que continua. Contudo, a cada ano a possibilidade de o filho retornar para aquele mesmo quarto e aquela mesma casa se tornava mais remota e idealizada, gerando um estranhamento em face da realidade.

Assim, a narrativa demonstra também o seu processo de renúncia: o que a levou a desistir das buscas pelo filho e como esse processo foi empreendido lentamente, na tentativa de retomar uma relação com o seu tempo presente, com a vida que restou anos após o desaparecimento. Os trinta anos de espera se tornam o tempo perdido, um escoar sem fruição, uma experiência mecânica de espera e martírio. Quando Ângela opta pela renúncia, há um reencontro com outro tempo, as

memórias do filho que ressurgem repentinamente ganham um novo contorno: o filho que estava enclausurado na tragédia é resgatado pela memória afetiva. Felipe é destruído pelo tempo, mas sobrevive na memória, tempo interno de Ângela. No capítulo seguinte serão discutidos mais alguns aspectos do luto, a renúncia e a sua relação com o tempo.

1.3 O TRAUMA EM REBENTAR: A PROVOCAÇÃO EMOTIVA

A experiência do trauma é central em *Rebentar* (2015). A perda do filho provoca angústias que não se reduzem gradualmente, principalmente porque não se pode realizar o luto na expectativa do retorno. A ausência do corpo é pungente, pois a mãe não consegue enterrar seu filho, não concretiza sua morte e tampouco aceita a passagem do tempo, porque isso significaria se desfazer de seu rebento. Por meio das figurações de suas memórias e da sua imaginação, ela tenta manter Felipe vivo. O corpo do filho é um objeto invisível, inalcançável e, por isso mesmo, uma dor que se retroalimenta, num ciclo que poderia ser infinito.

O romance constrói-se ao explorar as emoções desta personagem diante do desaparecimento, conectando o leitor com os estados psicológicos dela, participando da sua dor. O que é relatado, mais do que a perda, é a relação de amor incondicional da mãe pelo filho, e a força que ela tem que mobilizar para aceitar que ele jamais retornaria. Na obra, a vivência da perda pode ser contemplada por quem nunca experienciou uma perda desta magnitude, pois a perda de um filho é uma dor muito particular que poucos vivenciarão para além da ficção. O leitor, portanto, tem a possibilidade de se colocar no lugar de um outro: que dor é esta que nunca vivenciei? O que é sentir esta perda?

Pode-se dizer que a obra provoca o leitor emocionalmente, pois ele deve interagir com a carga emocional da perda por meio do discurso do narrador. Para que o público possa, de fato, vivenciar essa aproximação entre a realidade e a ficção e se relacionar de modo direto com esses personagens, experimentando suas dores e seus traumas, é preciso que a narrativa seja construída de modo verossímil, isto é, que tenha uma coerência com a realidade e seja crível. Nisso implica tanto uma construção de mundo quanto uma construção de personagens que se aproxime do real.

Conforme Aristóteles (2015) a verossimilhança se refere à capacidade do

poeta, ou, neste caso, do autor, de relatar não o que aconteceu, mas o que poderia ter acontecido. Assim, a ficção se adequa a uma certa coerência interna; dentro desse mundo imaginado onde nem tudo é possível, pois depende de uma lógica pré-concebida, isto é, a uma intenção da própria oração em imitar algum plano da realidade, ocorrendo “[g]raças ao vigor dos detalhes, à veracidade dos dados insignificantes, à coerência interna, à lógica das motivações, à causalidade dos eventos, etc.” (Rosenfeld, 1976, p. 20).

Assim, as ações das personagens devem ser coerentes com o lugar onde vivem, com a vida que levam e com a sua psicologia. Ao leitor, o mundo e os personagens retratados, embora imaginados, devem parecer convincentes, para que ele possa se identificar com eles e para que sejam emocionalmente provocados; levados pelos personagens ao turbilhão de emoções que eles enfrentam.

A ficção amplia essa relação justamente porque possibilita o conhecimento de um todo. Conforme Rosenfeld (1976), na realidade nunca se pode conhecer uma pessoa integralmente; o único acesso que se tem a ela são suas ações e suas palavras; mas a sua psicologia é completamente inacessível. Na ficção, por outro lado, há a possibilidade de conhecer os sentimentos e pensamentos intimamente, como se o leitor se inserisse na vida destes personagens. Assim, possibilita experiências outras, permitindo que o leitor viva “[...] as possibilidades humanas que sua vida pessoal dificilmente lhe permite viver e contemplar, visto o desenvolvimento individual se caracterizar pela crescente redução de possibilidades.” (Rosenfeld, 1976, p. 46)

Por meio das limitações da ficção, os personagens apresentam ainda mais coerência que as pessoas reais, porque o narrador escolhe mostrar aquilo que agrega o nosso conhecimento a eles:

É precisamente o modo pelo qual o autor dirige o nosso “olhar”, através de aspectos selecionados de certas situações de aparência física e do comportamento – sintomáticos de certos estados ou processos psíquicos – ou diretamente através de aspectos da intimidade das personagens – tudo isso de tal modo que também as zonas indeterminadas começam a “funcionar” – é precisamente através de todos êsses recursos que o autor torna a personagem até certo ponto de novo inesgotável e insondável. (Rosenfeld, 1976, p. 35-36)

Os personagens são centrais para a narrativa porque mantêm o mundo ficcional sobre os seus andaimes imaginários. Em um capítulo da obra *A personagem* (2017), de Beth Braith, Rafael Gallo partilha de tal perspectiva, demonstrando que para conceber uma obra, é preciso conhecer seus personagens, vez que a partir deles

a narrativa surge:

Na minha escrita, tudo se trata dos personagens, por isso também digo que eles se tornam o centro. Eu penso as histórias sempre através deles: quais situações devo criar para transformá-los? Como determinado acontecimento os afeta? E quais são os acontecimentos que devo narrar, por serem os que mais os afetarão? Se antes aconteceu determinado fato, como essa personagem vai reagir agora? A que isso vai levá-la depois? Esses são sempre os meus fios condutores, é pelo coração das personagens que me guio. A todo momento. (Gallo, 2017, p. 169)

As personagens, embora sejam inventadas, possuem similaridade com seres reais, porque são geradas com base nas experiências e das memórias do escritor, ainda que por fragmentos sutis, imperceptíveis. Para Candido (1976), o romancista é incapaz de reproduzir a vida real em sua totalidade, mas, por isso mesmo, o romance é bem-sucedido; não se propondo ser igual à realidade, mas sua representação manipulada, a fim de proporcionar uma experiência emocional que possa afetar a qualquer pessoa. A ficção se afasta da realidade, mas mantém seus vínculos com ela, porque sem estes seria impossível gerar uma conexão com o leitor, que deve se importar com a história, sentir a experiência, como se emanasse de si próprio.

O que provoca a experiência emocional no leitor é justamente a tangibilidade da perda de Ângela. Perder um ente querido não é uma experiência exclusiva da ficção, todos os indivíduos estão suscetíveis a isso. A perda de Felipe parece distante, em certa medida, porque é a experiência de outrem; mas, ao mesmo tempo, parece próxima, porque é uma perda possível. O leitor não seria capaz de acessar tal perda se o autor não proporcionasse sua experiência estética, se não utilizasse a linguagem para nos mostrar a intensidade da dor.

Na psicologia, o trauma é como uma ferida produzida pela mente, provocada por uma mudança nas percepções do indivíduo sobre si e sobre o mundo. Caruth (1996) o conceitua como um evento experienciado muito cedo ou de modo muito inesperado, sendo, portanto, inacessível à consciência, até que se manifeste nos pesadelos e nas ações. Não é necessariamente definido pelo evento em si, mas sim pela relação do indivíduo com aquela experiência. Para a autora, “[...] ser traumatizado é, precisamente, ser possuído por uma imagem ou evento.” (Caruth, 1996, p. 4-5, tradução minha).¹

¹ To be traumatized is precisely to be possessed by an image or event

Possuída pela perda do filho, a personagem do romance abandona a lógica do tempo a fim de perseguir a imagem dele; esta que a possui e sobre a qual ela se debruça por trinta anos. A narrativa contempla, justamente, o seu desvencilhar desse trauma e também as adversidades impostas a ela durante este processo. Tão inserida nele, a mãe precisa reconstruir o seu mundo depois da perda, na qual permaneceu inerte durante muito tempo.

A palavra estética origina do grego *aísthesis*, definida como percepção, sensação, sentimento. O belo, portanto, estaria relacionado com a provocação emotiva por meio da obra de arte. O filósofo alemão Alexander G. Baumgarten foi um dos primeiros a desenvolver um estudo em torno da estética. Para o autor, a estética é a “ciência do conhecimento sensitivo” (Baumgarten, 1993, p. 95), ou seja, a ciência do que pode ser percebido pelo outro como belo pela emoção que provoca. A beleza não está necessariamente atrelada àquilo que é harmonioso, mas à arte que seja capaz de provocar uma emoção.

Para Aristóteles, o poeta, através da imitação (*mimesis*) seria capaz de provocar a *catarse*, expurgando as emoções negativas e servindo como uma liberação emocional (Aristóteles, 2015). A estética do trauma seria um recurso narrativo construído por meio da percepção do trauma de um outro, provocando a *catarse* no leitor, que se compadece do sofrimento retratado. Para Whitehead (2004), trata-se da tentativa de explorar o tema do trauma e incorporá-lo na própria estrutura da narrativa. Propõe-se, aqui, que *Rebentar* (2015) participe desse movimento de narrar o trauma, tematizando a perda de um filho, sobretudo em uma condição excepcional: a do desaparecimento, que impede a elaboração de uma perda concreta.

Em romances contemporâneos, como *Rebentar* (2015), centraliza-se a relação conflituosa do sujeito com o mundo e consigo. O gênero romance, conforme Watts (2010), mesmo a princípio, apresentava uma preocupação em representar a realidade da experiência individual, em contraste com formas literárias anteriores, como a epopeia, que apresentava uma preocupação em representar uma nação por meio de seus heróis. De acordo com o autor, “o romancista tem por função primordial dar impressão de fidelidade à experiência humana” (Watt, 2010, p. 15). O romance moderno se propôs a ampliar a individualidade de um sujeito não mais em harmonia com o mundo, mas fragmentado, incapaz de se integrar a ele. Não há mais heróis em busca da glória, mas pessoas comuns, tentando a todo custo sobreviver às adversidades cotidianas.

A personagem da obra está em conflito consigo porque não pode aceitar a perda do filho e em conflito com o mundo porque esse foi o espaço onde ele se perdeu. Após a perda do filho, o universo da mãe entra em colapso, gerando um trauma que será explorado ao longo da narrativa.

No capítulo seguinte, serão discutidos alguns aspectos desse trauma, como o da impossibilidade de fazer o luto pelo caráter incerto do desaparecimento e o da culpa carregada pela mãe, em virtude das expectativas sociais lançadas sobre a figura da mulher no cuidado parental.

2 A MÃE ENLUTADA

Neste capítulo resgatam-se algumas concepções de luto, tentando, a partir delas, observar como e em que medida ocorre um luto no caso de desaparecimento. Discute-se também as noções de parentalidade construídas a partir do vínculo entre a mãe e o filho ausente e sua relação com a maternidade como uma construção social.

2.1 A AUSÊNCIA DO CORPO, O LUTO ADIADO E O LUTO AMBÍGUO

O luto é tópico de diversos estudos na psicologia. Dentre as contribuições, destaca-se o ensaio de Freud (1917; 2004), *Luto e melancolia*; no qual o luto é definido como uma “reação à perda de uma pessoa amada ou à perda de abstrações colocadas em seu lugar, tais como pátria, liberdade, um ideal, etc.” (p.103). Essa perda desencadeia um estado de ânimo doloroso e falta de interesse pelo mundo e suas atividades, bem como a incapacidade de escolher um novo objeto de amor. Após a perda, é necessário um desligamento da libido ao objeto amado, visto que ele não mais existe. Durante este processo há um investimento nas suas representações e um afastamento da realidade, no qual o enlutado se detém por um tempo até retirar suas ligações com ele. Realizado o desligamento da libido do objeto amado, o sujeito poderia reinvestir sua libido em outro, encerrando assim a tarefa do luto.

A melancolia desencadeia reações análogas ao luto, mas neste caso, além do desinteresse pelo mundo e pelo estado de ânimo doloroso, predomina uma depreciação de si próprio, um rebaixamento da autoestima e do ego, levando o indivíduo a uma condição patológica, porque se não se sabe o que foi perdido, dificultando o desligamento da libido e o reinvestimento em outro objeto. O indivíduo se sente culpado pela perda e, portanto, estabelece uma relação conflituosa consigo próprio. De acordo com Freud (2004, p. 105), tal perda escapa à consciência, diferindo do processo de luto, no qual se sabe o que foi perdido e de que forma.

O luto pode ocorrer diante de qualquer situação de perda, como em separações entre cônjuges ou familiares, fases de desenvolvimento, mudanças de casa, matrimônio e nascimento do filho, visto que, nestes casos, o indivíduo perde algo mais abstrato, como um *status* (Kovács, 1992, p. 163). Há situações em que ocorre a perda concreta, mas não de uma pessoa, como a perda de um membro do corpo, ou a perda

de um objeto de estima, por exemplo. Podem ocorrer, ainda, situações em que a ausência de uma pessoa causa a reação do luto, como a separação supracitada ou, o desaparecimento, quando não se sabe se o ente querido está vivo ou morto.

O processo de luto foi estudado por Kübler-Ross (1996) quando elencou suas diferentes faces: Negação e Isolamento, Raiva, Barganha, Depressão e Aceitação, podendo todos eles ocorrer na ordem apresentada ou não. Em alguns casos, certos estágios também poderão estar ausentes no processo de luto, pois cada luto é muito particular e depende do contexto de cada sujeito e do seu vínculo com o objeto amado.

A negação e o isolamento acontecem quando o indivíduo não pode aceitar a perda e, como uma reação ao choque, incorpora mecanismos de defesa para ignorar essa realidade. No entanto, trata-se de uma defesa temporária, sendo mais recorrente nos estágios iniciais da perda. Gradualmente, o enlutado abandona essa atitude, passando para outros estágios. A raiva geralmente sucede a negação, ocorrendo quando já não se pode sustentá-la. Nesse estágio, o indivíduo se revolta contra sua própria situação, sentindo-se injustiçado pela tragédia que o acometeu. A barganha é um estágio no qual o indivíduo tenta negociar sua situação com Deus, pedindo que ela seja revertida em troca de um sacrifício como pagamento, é uma última tentativa de lutar contra a morte. A depressão é o momento em que a realidade da perda é reconhecida pelo enlutado e diante disso surgem as reações emocionais de tristeza e desânimo. Por fim, o indivíduo processa a perda e a compreende, sendo capaz de prosseguir com a vida, atingindo assim o estágio de aceitação.

É difícil determinar o grau de uma perda; no entanto, espera-se que após algum tempo o enlutado possa se reconstruir e seguir a vida, sendo capaz de exercer atividades cotidianas, como trabalhar e se relacionar com outras pessoas. Há situações em que o luto se torna patológico, estendendo-se em duração e intensidade, de modo que o enlutado não se adapta à perda, gerando uma condição crônica. Se a aceitação não é atingida, o indivíduo pode permanecer estagnado em algum estágio e jamais avançar. O luto patológico é definido por Horowitz *et al.* (1980) como:

a intensificação do luto em um nível no qual o indivíduo é sobrecarregado, e recorre a um comportamento mal adaptativo, ou permanece interminavelmente no estado de luto sem progressão no processo de luto em direção à conclusão. O luto patológico envolve processos que não se movem progressivamente para assimilação ou

acomodação, mas, ao invés disso, leva a repetições estereotipadas ou extensivas interrupções da cura. (1980, p. 1157, tradução minha²)

Ele decorre da incapacidade de reconhecer a perda e do prolongamento ou adiamento das reações emocionais comuns durante este processo, gerando complicações no processo de luto quando não evolui conforme o esperado, passando pelos estágios habituais em direção a uma resolução, resultando em prejuízo na qualidade de vida do sujeito. De acordo com Worden (2013, p. 35), diversos fatores podem interferir na intensidade e nas reações do luto, dentre eles o vínculo estabelecido com o falecido e as circunstâncias da morte ou da perda. Algumas das circunstâncias que podem dificultar o luto é a perda incerta, resultando em um luto inconclusivo, como no desaparecimento, no qual não há uma certeza da morte do ente querido. Há também casos em que o luto é adiado porque o indivíduo não teve a reação emocional adequada no momento da perda, experienciando os sintomas apenas posteriormente e de modo muito mais excessivo. (Worden, 2013, p. 99)

Parkes (1998) descreve o luto adiado como a tendência a postergar o processo e as reações decorrentes dele, ocorrendo quando o processo de desligamento da libido não é possível porque a pessoa não pôde vivenciar o luto efetivamente e não realiza o reconhecimento da perda, por circunstâncias adversas. Nesses casos, não há um enfrentamento direto da perda, porque ela não é compreendida como algo concreto. O luto adiado é observado nos casos de desaparecimento, porque a ausência do corpo implica em uma perda sem desfecho, não reconhecida. Dessa forma, o indivíduo adia o trabalho do luto, posterga-o, na expectativa do retorno do ente querido, ainda que seja do corpo, permitindo a concretização da morte por meio dos ritos fúnebres.

Rando (1985) define ritos como práticas coletivas ou individuais que apresentam uma carga simbólica em uma dada comunidade. Eles carregam um significado subjetivo e não se constituem apenas em ações, mas no sentido que o conjunto de ações comunica. Os ritos apresentam uma noção de passagem, seja de uma posição ou estado, simbolizando a transição subjetiva que potencializa a

² Pathological grief is the intensification of grief to the level where the person is overwhelmed, resorts to maladaptive behavior, or remains interminably in the state of grief without progression of the mourning process toward completion. Pathological mourning involves processes that do not move progressively toward assimilation or accommodation but, instead, lead to stereotyped repetitions or extensive interruptions of healing.

experiência emocional por meio de uma série de condutas regulamentadas, para que não haja constrangimento ou danos à sociedade (Gennep, 2012, p. 24).

Os ritos fúnebres sinalizam a passagem da vida para a morte; para os entes queridos simbolizam o reconhecimento da perda, a passagem entre a vida vivida com o outro para a assimilação de sua morte e a aceitação de sua ausência. Estudos demonstram que os ritos têm um papel significativo no reconhecimento da perda e no processo de luto, atuando como uma prática terapêutica (Castle & Phillips, 2003; Rando, 1985; Romanoff & Terenzio, 1998). Conforme Fuchs (2017, p. 56), os ritos são uma maneira de reconhecer a morte, sem o seu reconhecimento, o luto não pode prosseguir. Eles são realizados no intuito de confortar os vivos, para facilitar a concretização da perda e assimilar a ausência do outro, tornando-se um consolo para os familiares do falecido. Mais do que à memória do morto, os funerais se dirigem aos vivos.

Nesse sentido, não cumprida a função do rito, o sujeito fica preso em um limbo entre a vida e a morte, entre a presença e a ausência. Em *Rebentar* (2015), a relação que a mãe estabelece com o filho é baseada nessa distância inalcançável e que perdura durante anos. Conseqüentemente, ela parece não conseguir se movimentar e a sua vida social fica em suspenso enquanto o filho não é recuperado. Assim, quando os ritos não podem ser realizados, a dor da perda é suprimida, de modo que o sofrimento se intensifica à medida que o tempo avança; tornando o luto não resolvido, intenso e patológico.

Este fenômeno motivou os estudos de Boss (1999), que cunhou o termo luto ambíguo, situação na qual há uma perda em um círculo familiar que não pode ser solucionada, gerando ansiedade constante em razão de sua natureza incerta, isto é, ambígua. Geralmente motivado por guerra ou violência, o luto ambíguo é fruto de uma situação que não pode ser controlada ou resolvida pelos familiares, resultando em uma sensação de impotência e desamparo. Não se sabe se a perda é final ou temporária, estagnando o sujeito na condição desgastante da espera por um desfecho.

Para Boss (1999, p. 8-9), o luto ambíguo pode ocorrer em duas situações: na primeira, os familiares percebem o ente querido como fisicamente ausente, mas psicologicamente presente, porque não se sabe se está morto ou vivo, como no caso de soldados desaparecidos ou crianças sequestradas. Na segunda, os familiares o percebem como fisicamente presente, mas psicologicamente ausente, em virtude de

alguma condição como o Alzheimer ou outras doenças mentais crônicas. Em ambos os casos, há uma dificuldade em determinar os contornos das perdas, porque não são ainda definitivas.

As consequências do luto ambíguo e do luto adiado são um desajuste à realidade e uma tendência a crises depressivas, tornando aqueles que sofrem deles incapazes de prosseguir em suas vidas cotidianas, entregues ao luto e a uma esperança paralisadora. Não há morte para concretizar a perda, tampouco um retorno do ente querido para restabelecer a ordem da vida. Além do estresse e da ansiedade causados pela perda, o luto ambíguo pode gerar pensamentos e sentimentos conflitantes no que tange à relação mantida com o objeto amado. Alguns indivíduos passam a questionar seu lugar na dinâmica familiar, em virtude das dificuldades em se relacionar com uma pessoa ausente. Assim, o luto fica suspenso, irrealizável nos casos de desaparecimento. Ainda que seja impossível o luto concreto, os sintomas do luto são vividos intensamente pelos indivíduos que sofreram tais perdas, permanecendo em um limbo entre a vida e a morte.

A ausência do corpo, em uma sociedade que tanto valoriza os ritos fúnebres na sua presença, é um fator agravante para a perda destes indivíduos. É como se a perda não pudesse ser reconhecida sem o corpo, conforme Boss (1999):

A maioria das pessoas precisa da experiência concreta de ver o corpo de um ente querido que morreu porque isso torna a perda real. Boa parte das famílias de pessoas desaparecidas nunca encontram tal verificação de morte e, portanto, enfrentam desafios maiores em alterar suas percepções de ausência ou presença. (Boss, 1999, p. 26, tradução minha)³

Nos casos de desaparecimento, o reconhecimento da morte só se dá com a recuperação do corpo, mas quando isso não acontece, os familiares permanecem em um estado de esperança e ansiedade. A ausência do corpo suscita expectativas com um reencontro, mas também causa receio quanto aos desdobramentos de um caso que pode nunca ter desfecho. O corpo é um elemento essencial para o processo de enfrentamento da perda, pois a partir dele os ritos são realizados e a morte concretizada. Com o desaparecimento do corpo, há uma problemática na obra que culmina na estrutura cíclica de buscas pelo filho. Durante trinta anos, a ausência do corpo sustentou a possibilidade do retorno, impedindo a perda definitiva e,

³ Most people need the concrete experience of seeing the body of a loved one who has died because it makes loss real. Most families of missing persons never find such verification of death and thus face greater challenges in shifting their perceptions about absence or presence.

consequentemente, a realização dos ritos. O empreendimento das buscas direciona a mãe para o sentido oposto: perpetua a perda, tornando-se uma atividade interminável.

Ao longo da narrativa, suas atitudes são percebidas como uma série de ritos de separação, nas quais se distancia da expectativa de reencontrar o filho e passa a remanejar sua vida, há tanto tempo imobilizada pela perda. Ela é capaz de concretizar seu luto por meio de práticas como o afastamento do cais, as reformas e a mudança da casa e o desfazer do quarto do filho. Quando os pais decidem realizar as reformas, uma de suas maiores preocupações é a de que o quarto permaneça intocado. Teme que ele seja destruído, que qualquer coisa afete seu aspecto, porque se esforçava para mantê-lo como era antes do desaparecimento, preservando todos os objetos exatamente na mesma disposição.

Se a perda não tem materialidade, isto é, um corpo, atribui-se a materialidade aos pertences. O apego é direcionado aos objetos que evocam a lembrança daquele que se foi, mas cujo corpo não foi encontrado. Assim, as fotografias, as roupas, o quarto e os brinquedos se tornam o único acesso que a família tem ao ente querido, a única memória da sua presença (Gattás & Figaro-Garcia, 2007). O luto se dirige a esses objetos quando não há um corpo para concretizar a morte; nos pertences do morto, vestígios de sua presença, os familiares reencontram aquele que perderam.

Conforme as reformas avançam, a mãe é lentamente afastada do quarto e a realidade da separação vai se solidificando, pois reconhece que terá que se desfazer dele. Não conseguindo assimilar essa ideia, ela o posterga até o último dia da mudança; então, combina com o marido que irão desfazê-lo juntos, como um rito de despedida. Entretanto, incapaz de esperar até a manhã seguinte, levanta-se e caminha até o cômodo, de onde observa o pequeno mundo preservado; a infância enclausurada em um pequeno espaço. Perturbada pela ideia de finalmente se desfazer do quarto, ela se revolta contra a sua própria tragédia, mas percebe que não há mais o que ser feito, a não ser aceitar a perda:

Alguém, alguma pessoa feita de pura indiferença, tomou Felipe em seus braços e o levou embora para sempre. Carregou-o sob os olhos cegos de todo mundo, adentro da surdez da cidade que não recebeu os chamados da criança. A mãe teve seu filho subtraído, para nunca mais vê-lo. A maior violência de todas, a violência irretratável. Acabou. (Gallo, 2015, p. 352)

Nesse estado, ela destrói os pertences do filho em um ataque cego de fúria, rasga as cortinas, destrói o edredom, as pelúcias e os brinquedos, tudo o que representava a vida do filho desaparecido. Aqueles objetos são fragmentos de uma existência; destruí-los é constatar que não há mais esperanças. Felipe é enterrado em seu próprio quarto, seu templo e seu túmulo. Só assim a perda podia ser concretizada e a ausência assimilada; a função do rito cumprido.

A visita ao antigo cais é o rito final, local onde a mãe diz adeus em definitivo, conversa com o filho e explica a ele a sua decisão, ainda que ele não esteja presente. Durante ritos fúnebres, invocar a presença dos mortos por meio de objetos, memórias, cerimônias religiosas e reuniões é uma parte importante do processo (Castle & Phillips, 2003, p. 43). Conversar com o morto, redimir-se pelos seus erros, é uma forma de processar a perda e iniciar o luto. Para Ângela, este é o enterro que encontra para o filho: no mar onde abrigou-se da perda, lá deposita a memória dele. Esse rito demarca uma das etapas finais para a renúncia.

Outros aspectos da perda por desaparecimento também são fonte de trauma e angústia para os entes queridos, como a esperança de ter obtido alguma notícia acerca do desaparecido, descobrindo, depois, tratar-se de uma notícia falsa. Há, ainda, os gastos dispendiosos para realizar investigações, acarretando prejuízos financeiros, muitas vezes sem resultado. O familiar de um desaparecido vive em constante vigilância, esperando que seus empenhos possam trazer o objeto amado de volta. Quando as hipóteses se provam infundadas, os enlutados experienciam uma instabilidade emocional, tendo se animado diante da expectativa de um retorno, para depois cair em depressão ao perceber suas expectativas ilusórias e seus esforços inúteis (Boss, 1999).

Ângela assumiu a responsabilidade de conduzir as buscas por Felipe quando as alternativas se tornaram escassas, percorrendo toda a cidade, visitando todos os espaços, desde os hospitais até as favelas e edifícios abandonados. Qualquer lugar era uma possibilidade de reencontro: era preciso investigar tudo e esgotar as dúvidas. Deparar-se com outras realidades trazia à tona a possibilidade de seu filho ter se tornado mais uma criança abandonada à violência e à miséria da cidade. Desse modo, as buscas concretizam sua ausência, pois não há um desfecho a partir delas. A imagem do filho a perseguia como um fantasma, do qual nunca se podia obter a presença, mas apenas a falta. As denúncias, embora geralmente infundadas, tinham que ser verificadas, porque sempre representavam uma centelha de esperança. No

fim, tudo se revelava apenas mais um engano, uma miragem. Toda esperança era destruída pela realidade. Em vez de reviver as esperanças de um retorno, as buscas só demarcavam a distância cada vez maior dele, seu retorno, uma desilusão.

Quando começa a atender chamados em necrotérios para o reconhecimento do cadáver, a mãe se depara com uma realidade aterradora do desaparecimento: no corpo de outras crianças estão impressas as mais cruéis violências, revelando outras possibilidades de destino para o filho. Os outros corpos a lembravam sempre ao que ele estava exposto, e o destino que ele podia ter tido.

O desaparecimento é um fenômeno invisível, mesmo quando noticiado, aos poucos vai se dissolvendo, o desfecho nunca é conhecido, os casos permanecem não solucionados, como se estivessem em outro plano de existência, em outra realidade inacessível: “o pequeno morto poderia ser enterrado como indigente, selando para sempre seu desaparecimento sem explicação” (Gallo, 2015, p. 114). É um reviver constante de sua perda, pior do que a morte, pois ela encerra todas possibilidades:

Um filho desaparecido é um filho que morre todos os dias. Nem mesmo nas mitologias mais cruéis há tragédia equivalente; essa dor nenhum deus teve de suportar. Cada noite que cai desaba sobre os pais com o peso renovado da notícia: você perdeu sua criança e ela está em algum lugar nessa escuridão afora, desprotegida de seu lar. [...] É um luto com uma diferença fundamental: alguém que não é reencontrado nunca se perde em definitivo. Há sempre uma nova possibilidade, uma nova tecnologia de rastreamento, uma nova pista sobre seu paradeiro, uma nova esperança. Se o filho morre todos os dias, sua ressurreição também é constante e dolorosamente insubstancial. Tantos renascimentos possíveis, iminentes, abortados em uma série sem fim de fracassos nas buscas. (Gallo, 2015, p. 26)

O luto ambíguo traz à tona uma sensação de impotência. Apesar dos esforços para reencontrar o desaparecido, estes podem ser insuficientes e perdurar por muito tempo, gerando desgaste psicológico nos entes queridos. Há também uma responsabilização conferida a esses familiares, que sentem receio em desistir das buscas, porque se veem obrigados a não abandonar o desaparecido à sua própria sorte. O resultado disso é um prolongamento ainda maior do luto, tornando-o paradoxalmente irrealizado e interminável.

Em seu trabalho, Boss (1999) enfatiza que a perda ambígua pode ocasionar traumas e sintomas similares a um Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT), uma condição resultante de um evento psicologicamente estressante, fora do âmbito de uma experiência humana normal, na qual há um reviver contínuo do evento pelo

sujeito. De forma análoga, a perda ambígua também é um evento psicologicamente estressante, mas, conforme a autora, é uma situação de longo prazo, não resultante de um único evento que causa um efeito posterior de trauma. Os indivíduos que sofrem uma perda ambígua estão inseridos no trauma e ele continua a existir no presente:

O ente querido está desaparecido, depois é avistado e perdido de novo. Ou um membro da família está morrendo, depois entra em remissão e a doença retorna com força total. As esperanças são criadas e frustradas tantas vezes que, psiquicamente, as pessoas não conseguem mais reagir. (Boss, p. 24, tradução minha)⁴

Conforme Kubler-Ross (1996), o luto é vivenciado por fases, sendo que a negação é a primeira descrita por ela. O luto de Ângela pela perda do filho parece ter estagnado nesta, não avançando para a aceitação. A depressão, no entanto, está presente em todo o seu processo de perda, concomitante à negação e ao isolamento empreendido pela personagem. O luto, descrito por Freud (2004), também não pode se concretizar, porque o teste de realidade que constata a perda do objeto não pode ser feito, em virtude do seu possível retorno. Esse luto não concretizado evolui para uma melancolia, na qual a mãe se culpa pela perda do filho, mas não a reconhecendo como uma perda permanente, incapaz de desfazer o vínculo com o objeto perdido, desligar-se da libido e reinvesti-la em outro objeto de amor.

Essa relação com a perda de Felipe ocasiona o luto patológico da personagem porque não avança, não se concretiza e traz prejuízos para sua vida social e sua saúde mental. Identifica-se o luto adiado descrito por Worden (2013) e Parkes (1998), porque, na esperança pelo retorno, Ângela posterga o luto e, conseqüentemente, a própria vida. Quando decide renunciar às buscas, revive todo o processo da perda, experimentando-o com grande intensidade.

2.1.1 O Luto e o Tempo: Mãe, Interrompida

A experiência da perda implica em um conflito temporal durante o trabalho do luto: perde-se o ritmo, como se aos poucos o passado se infiltrasse no presente e no

⁴ A loved one is missing, then sighted, then lost again. Or a family member is dying, then goes into remission, then the illness returns again in full force. Hopes are raised and dashed so many times that psychically people no longer react.

futuro, tornando-se uma matéria única, uma condensação (Terr, 1984). Na peça de Shakespeare, Hamlet afirma que o tempo está “fora de sintonia”⁵, precisamente o que ocorre durante esse processo: quando há uma perda, o sujeito é arrastado para um espaço em que o tempo perde sua consistência e linearidade. Conforme Merleau-Ponty (1945; 1999), a subjetividade é inseparável do tempo, pois a experiência do viver está atrelada a ele. Perceber-se e localizar-se temporalmente é existir. Na epígrafe de *Rebentar* (2015), Borges expressa essa relação entre o sujeito e tempo: “O tempo é um rio que me arrebatou, mas *eu sou* o rio; é um tigre que me destroça, mas *eu sou* o tigre; é um fogo que me consome, mas *eu sou* o fogo” (grifo meu). Ele também indica a força destrutiva do tempo sobre o ser; pois é o tempo que conduz a existência e, conseqüentemente, o processo doloroso do se desfazer, de ser perecível. Este é o aspecto central do romance, a desconexão entre o tempo e a mãe, pois é o tempo que arrasta o filho para longe e o desfaz, e é através deste que ela suspende a sua presença-ausência, em uma atitude de apego, do insistir na permanência (Fuchs, 2017) durante os trinta anos.

No que tange ao passado, a perda é revivida como uma expressão do desejo de recuperar o controle sobre o evento (Freud, 2016). No luto, o ente querido tenta buscar um novo significado para a perda, revisitando-a continuamente. Nisso, conforme mencionado, há também um receio do futuro, pois ele simboliza abandonar o que foi perdido, numa atitude de infidelidade póstuma (Corrêa, 2012), sobretudo no caso do filho desaparecido, em que há um senso de responsabilidade que impele a mãe a prosseguir em sua busca. Conforme Hughes (2024), o sujeito enlutado vive duas vidas: a sua própria e a do morto, compartilhando da atemporalidade do outro; por isso a vida da mãe fica em suspenso, embora o filho ainda pudesse ser recuperado, é um esforço de acompanhá-lo nos caminhos da ausência. Enquanto isso, o tempo objetivo continua a fluir, destruindo e refazendo tudo a sua volta; Hughes (2024) relaciona o tempo subjetivo (suspenso) e o tempo objetivo (que flui) pela sua relação com o corpo. Segundo o autor, enquanto suspenso, o tempo causa o empobrecimento da subjetividade, mas o corpo não, pois continua sendo modificado por ele, gerando a sensação de estranhamento pela passagem do tempo, pois subjetivamente continua presa ao passado.

Conforme discutido, a decisão de renúncia é motivada pela percepção dessa

⁵ No original: “*The time is out of joint*”.

passagem, pela qual finalmente se assume a perda, pois inegavelmente o tempo teria destruído o Felipe de cinco anos, transformando-o em uma figura completamente diferente, que a mãe seria incapaz de amar, pois não teria convivido com ela. A fotografia de envelhecimento digital é o ponto de partida da sua decisão, é a constatação da morte definitiva da pessoa que ama.

A renúncia às buscas representou, sobretudo, um desapego às imagens do filho, o conflito entre a imagem do que ele era e a imagem do que poderia ter se tornado. Esse conflito toma forma com a representação feita no evento do Dia da Criança Desaparecida, em que haveria uma demonstração de uma tecnologia cuja premissa era auxiliar a localização de pessoas muitos anos após seu desaparecimento. A representação era uma tentativa de contornar as mudanças provocadas pelo tempo, que se apresentavam como um empecilho nas buscas.

Contudo, para a mãe, a tecnologia não gerou uma nova esperança de reencontrá-lo, mas uma espécie de desencontro. Ao observar a fotografia dele exibida no telão, ela sente uma estranheza por ver representado um homem adulto, com uma feição infeliz, que nada se assemelhava a figura de seu filho. Contemplar essa imagem rompe com suas expectativas de representação do que é familiar, gerando uma imagem nova, que remete ao estranho, ao desconhecido, ocasionando uma espécie de rejeição, pois não aceita aquela imagem como uma legítima representação. O menino sorridente de cinco anos, cujo semblante inocente e puro estava repleto de promessas para um futuro feliz, era “esse o filho que tentava recuperar.” (Gallo, 2015, p. 92). Conforme o tempo passava, essa imagem se tornava cada vez mais distante, menos coerente com a realidade. Se estivesse vivo, Felipe não poderia mais ser aquele menino, teria sido consumido pelas chagas do tempo. Para a mãe, ele não tinha mudado porque ela não pôde acompanhar seu amadurecimento, teve o convívio tolhido pelo desaparecimento, portanto, permanecia o mesmo em suas fantasias:

Nas incontáveis vezes em que imaginara seu reencontro após tanto tempo, Felipe surgia de trás de alguma parede, dos fundos de um lugar genérico, ou da cortina do palco de um programa de televisão qualquer, na forma de uma figura que, no fundo, era muito similar a um dos reflexos do garoto naquele labirinto de espelhos do parque de diversões: uma simples distorção de sua imagem esticada para o alto, com braços e pernas mais compridos, mas mantendo ainda o reconhecível rosto sorridente e puro, o mesmo cabelo loiro caindo leve sobre a testa, a mesma pele fina a cobri-lo e os mesmos olhos de pupilas dilatadas a se voltarem para ela (Gallo, 2015, p. 92-93).

Representado pela fotografia de envelhecimento digital, Felipe escapava das

idealizações da mãe para conter a dura realidade do mundo, carregando consigo a dor do abandono gerada pelo desaparecimento, ele manchava a imagem dos contornos infantis de Felipe, negando-o e substituindo-o por uma outra. Ao encarar a possibilidade de retorno, ela percebe a força visceral que o tempo poderia ter exercido sobre ele, pondo em xeque seu desejo de reencontrá-lo. A fotografia simulada tem o efeito oposto ao pretendido: não aproxima a mãe de seu filho, mas a afasta. Se o reencontrasse, teria de criar um vínculo completamente novo, pois o vínculo havia sido interrompido pelo desaparecimento. Há outro luto a ser realizado: o luto pelo filho que nunca recuperaria, a infância que foi para sempre enterrada.

Contemplada a imagem simulada, Felipe se torna um *Unheimliche*, conforme o conceito de Freud (1919; 2019) na inquietação produzida a partir daquilo com que já se possui certo grau de familiaridade. A fotografia gera uma sensação de estranheza a partir daquilo que é familiar, isto é, os traços do filho desaparecido, misturados a traços novos e desconhecidos de um homem que poderia sê-lo, anos depois.

Por não desejar promover o encontro com a imagem, a personagem rompe com ela e com as perspectivas de recuperar o filho, pois o seu desejo, materialmente, jamais seria concedido, portanto, abre mãos das esperanças de tê-lo de volta, pois “seu filho estava perdido de qualquer maneira, ainda que pudesse ser encontrado” (Gallo, 2015, p. 95). Tendo reconhecido essa impossibilidade, ela entra em um estado de luto ao ver as esperanças de recuperá-lo serem novamente destruídas, mas dessa vez pelas forças do próprio tempo, decidindo tecer o fio de um tempo para além de Felipe, retomado quando aceita definitivamente a perda, reorganizando, em seguida, sua experiência subjetiva.

2.2 A PERDA DE UM FILHO E A SÍNDROME DO LUTO NÃO ANTECIPADO

A primeira menção ao conceito de luto antecipado/antecipatório foi feita por Lindemann (1944), ao observar a ansiedade dos familiares de soldados enviados a campo durante a Segunda Guerra Mundial. Nesses casos, a preocupação com a possível morte do familiar era tão grande que os pacientes experimentavam as fases do luto antes mesmo da morte ser concretizada, antecipando também as reações de reajuste à realidade diante desta perda. Embora o luto antecipado possa atuar como uma proteção à dor da morte repentina deste ente querido, há um prejuízo emocional

em caso de retorno, porque o trabalho de luto já estaria completo, provocando confusão diante da reunião com ele.

O luto antecipado também é percebido em casos de doenças terminais, como câncer. Os familiares, após o choque do diagnóstico, tentam se ajustar à perda, passando por estágios de negação, raiva e culpa. Em alguns casos, a perda é tão dilacerante que a morte é desejada, a fim de evitar prolongar o sofrimento do moribundo e dos familiares, acelerando assim o processo do luto. O luto antecipado configura a tentativa de iniciar o desapego ao familiar antes de sua morte, visto que ela é uma certeza. Nesse caso, espera-se a perda, devido às circunstâncias que a tornam inevitável. A perda inesperada, por morte ou pelo desaparecimento de um filho, é uma situação oposta, imprevista, causando choque e entorpecimento nos pais devido sua natureza não antecipada. Essa condição representa uma ruptura com o ciclo natural da vida, no qual a morte dos filhos sucede a dos pais (Rando, 1986).

Tão absurda é a perda de um filho que nem mesmo a linguagem dá conta de definir esse fenômeno. Conforme Zygouris (1995), ao contrário dos filhos que perdem os pais e ficam órfãos, os pais cujos filhos desaparecem não têm um nome. Essa relação com o falecido indica uma posição de passividade diante da morte que não é possível no caso dos pais que perderam seus filhos, justamente pela condição imprópria dessa morte. Os pais se sentem falhos, não podem sofrer a perda passivamente como os órfãos e viúvos. No romance *Rebentar*, Gallo (2015) já se refere a esse tipo específico de perda, intocável pela linguagem: “Chama-se órfão aquele que não tem pais. A condição dos pais e mães que perderam seus filhos, no entanto, nunca recebeu um nome. Não poderia haver uma palavra com a qual tocar esse tipo de perda” (p. 11). Se a linguagem é a interpretação que fazemos da realidade, se é através dela que entendemos o mundo, então a ausência desse nome indica que o luto parental foge tanto da normalidade que não pode ser definido ou expresso por palavras.

Há uma estranheza e uma dificuldade dos pais de se reajustar à realidade, sobretudo porque a perda de um filho, especialmente de adolescentes e crianças, é um evento repentino, dramático e inesperado, resultado de acidentes, trazendo consequências traumáticas aos pais e dificultando o luto (Rando, 1986). Além disso,

tem mais probabilidade de envolver violência, mutilação e destruição, deixando o sobrevivente com uma sensação de desamparo e ameaça.

Esse tipo de morte exige enormes esforços dos pais para encontrar sentido na morte, determinar a quem culpar e recuperar senso de controle (Rando, 1986, p. 12, tradução minha).⁶

Apesar de não constituir uma perda concreta, o desaparecimento de Felipe também causa sensação de surpresa e impotência, porque o convívio familiar é interrompido bruscamente, sem que haja qualquer tipo de preparo emocional, diferente de uma perda causada por doença, por exemplo, em que há uma oportunidade de se despedir e de se habituar gradualmente à ausência. Os pais esperavam partilhar longos anos ao lado do filho, que tinha apenas cinco anos de idade quando desaparecera. Assim, enfrentar sua ausência envolve uma quebra de expectativas devastadora, abalando o senso de controle dos pais.

Nesse tipo de perda, há a dor e a raiva de não poder alcançar nenhum tipo de resolução, mas arranhar apenas as possibilidades. Ao acompanhar as buscas pelo filho, Ângela encara milhares de desfechos possíveis para o desaparecimento, sentindo o desamparo diante dos horrores que presencia: crianças abusadas, violentadas e mortas, indigentes, esquecidas mundo afora. Isso dificulta ainda mais a assimilação da perda, porque não há um sentido para a violência e a crueldade que acomete as crianças desaparecidas. Em conjunto, esses fatores configuram um obstáculo para o luto, pois é uma perda não antecipada e resultado de um contexto violento.

Segundo Rando (1986, p. 6) a perda de um filho é diferente de qualquer outro tipo de perda, causando efeitos mais severos e intensos do que outros lutos e impacta quatro dimensões diferentes da vida: a figura individual dos pais, a díade matrimonial, o sistema familiar e a sociedade. A primeira dimensão afetada pela perda de um filho é a dimensão individual da figura dos pais. Os pais precisam lidar com a perda de seus papéis sociais de adultos provedores. Principalmente diante da perda de um filho único, os pais se questionam sobre seu *status* na relação e na dinâmica familiar, desestruturando sua autoimagem. Mais do que uma função, a parentalidade os definia enquanto sujeitos; os pais que perdem seus filhos se sentem mutilados, roubados de si próprios, suas identidades são levadas junto com o filho.

⁶ They are also more likely to involve violence, mutilation, and destruction, leaving the survivor with a greater sense of helplessness and threat. This type of death prompts enormous efforts by the parents to find meaning in the death, determine who is to blame and regain sense of control.

Após a perda, os pais precisam se reajustar à ausência do vínculo que mantinham com o filho, uma relação única e insubstituível. Para eles, os filhos funcionam como um espelho, refletindo suas esperanças de continuidade e um futuro projetado. A perda interrompe essa projeção, rompendo com o futuro imaginado e criando uma sensação de paralisia no tempo. Perder um filho significa perder uma parte de si, de suas expectativas e do legado que esperavam deixar, representando uma descontinuidade irreparável na trajetória dos pais (Rando, 1986).

O desaparecimento culminou em uma paralisia quase completa da vida de Ângela. A ausência do filho desestruturou todos os planos dela e a posicionou em um espaço vazio, onde não se pode projetar nada. É como se, ao desaparecer, o menino levasse a mãe consigo, deixando para trás apenas uma sombra dela, a parte que iria em busca dele e que abdicaria de tudo para recuperá-lo. Nessa vida dedicada ao filho não há lugar para si, para desenvolver uma carreira, reformar a casa, fazer amigos ou mesmo para um outro filho. Ângela não encontrava em nenhum desses planos um propósito, pois Felipe era o seu único propósito e perdê-lo significava se tornar um sujeito sem futuro, em desajuste com a realidade.

Outro aspecto da perda parental é o sentimento de falha. Os pais que perdem seus filhos se sentem culpados e responsabilizados, como se pudessem evitar a perda, visto que a função dos pais seria protegê-los (Rando, 1986). As expectativas que os pais têm de si próprios são internalizadas pelas expectativas sociais do papel parental. Espera-se que os pais sejam figuras ideais, protetoras, autossuficientes, pacientes e resilientes. E embora seja impossível corresponder a essas expectativas integralmente, os pais se sentem culpados e frustrados por não atingirem o ideal. Ser incapaz de controlar o destino de seus filhos e perdê-los causa um choque de realidade, porque, apesar dos seus esforços, não puderam salvar suas crianças, são impotentes diante da arbitrariedade da morte.

Perder o filho sob sua tutela foi um golpe doloroso para Ângela, gerando culpa por não poder tê-lo protegido do destino trágico e tê-lo salvado das garras do acaso. Ângela se entregou ao sofrimento, certamente porque a perda era avassaladora, mas também porque lhe parecia devido, um resultado do seu descuido naquele instante na galeria de lojas onde o viu pela última vez:

A maior das culpas era, obviamente, marcada pelo momento que divisara o início da ausência de Felipe: a de Ângela ter soltado a mão

do garoto na galeria e o deixado seguir sozinho e desprotegido pelo corredor rumo a seu destino trágico. Por mais que os outros tentassem redimir a mãe, seria difícil fazê-la sentir que não era somente por ela ter tirado os olhos do filho por um instante que ele nunca mais seria visto (Gallo, 2015, p. 47).

A expectativa que ela tinha sobre si enquanto a figura materna sofreu perturbações, visto que doravante não poderia mais zelar por ele e orientar seu desenvolvimento, cumprindo o papel de cuidadora, tampouco o proteger das mazelas do mundo. Portanto, a maternidade é colocada em xeque de duas maneiras: pela perda em si e pela natureza dela, visto que em situações como o desaparecimento, sempre urge uma desconfiança, um questionamento sobre a conduta dos pais: será que as crianças teriam desaparecido se os pais fossem mais atenciosos? Será que cuidaram de seus filhos apropriadamente? Ou “Você procurou direito?”, como se tudo não passasse de um desencontro ou uma falha da mãe” (Gallo, 2015, p. 205). Agora que o filho não está mais presente, Ângela questiona o papel da maternidade em sua vida, como se a única forma de a exercer fosse tentar reencontrar o filho, para contornar a perda, causada pelo que considera uma falha sua, reproduzindo na sua psicologia as expectativas sociais sobre a figura materna.

A díade marital, segundo Rando (1986), é a segunda principal dimensão seriamente afetada pela perda de um filho. Uma das principais dificuldades enfrentadas por casais que perdem seus filhos é a vivência simultânea do luto, diante da dificuldade em oferecer suporte ao parceiro, enquanto vivenciam eles próprios emoções conflitantes. Nesse contexto, surgem problemas no relacionamento, muitas vezes resultantes do sentimento de culpa pela perda ou pela indisponibilidade emocional para ajudar o outro. Além disso, as diferenças entre os processos de luto de cada cônjuge podem levantar conflitos quando os parceiros esperam que o outro reaja da mesma maneira à perda, o que não é possível, em virtude da particularidade de cada relacionamento.

De acordo com Rando (1986), o contato que a mãe e o pai assumem com o filho suscita reações e luto diferentes. Para as mães, acostumadas ao contato frequente com a criança, a dor da perda é sentida no âmbito espacial, pela ausência do filho, por não ser capaz de senti-lo. Para o pai, a perda é sentida pela carência das interações, como ao praticar atividades em conjunto. A divisão de tarefas também pode salientar diferentes aspectos da perda. O cônjuge que passa mais tempo em

casa pode se sentir mais sufocado pelas memórias da perda suscitadas pelos objetos. Por outro lado, o cônjuge que passa menos tempo em casa tem a tendência a evitar cada vez mais o contato com as memórias, aceitando muito mais atribuições no trabalho para se manter distante dos conflitos emocionais que podem emergir desse contexto.

O desaparecimento de Felipe restringe Ângela ao espaço doméstico, uma vez que ela abandona a carreira docente para se dedicar às buscas e não enfrentar a carga emocional do ambiente escolar, anteriormente ocupado pelo filho. Contudo, em casa, Ângela passava boa parte do tempo mergulhada em suas lembranças, intensificando a dor da perda. Otávio, por outro lado, passou a se dedicar ao trabalho, ausentando-se de casa, o que certamente facilitou a elaboração de seu luto, pois só era confrontado com a perda quando retornava. Não deixava de perceber, contudo, a presença de Felipe impressa nos objetos:

Otávio olha ao seu redor, sem dizer mais nada. Observa em cada objeto que os cerca a marca do luto velado e tenaz, como uma camada de poeira pousada sobre as superfícies das coisas. A carência de Felipe está impregnada em tudo, inclusive, e acima de tudo, nele e em Ângela. (Gallo, 2015, p. 45)

No luto, observa-se uma diferença nos papéis sociais atribuídos a homens e mulheres. Os pais tendem a se culpar mais pela perda, devido à sensação de responsabilidade pela proteção dos filhos. No entanto, as emoções masculinas muitas vezes são reprimidas ou pouco expressadas. As mães, por outro lado, são incentivadas a manifestar suas emoções, desde que estejam de acordo com as normas sociais. É esperado que elas se isolem, sofram intensamente e não retomem suas atividades sociais rapidamente, demonstrando um sofrimento mais profundo que o de seus parceiros.

Antes de renunciar às buscas, Ângela era constantemente pressionada a se manter firme, representando a figura ideal de uma mãe que “não importa o que aconteça, nunca abandona seu filho” (Gallo, 2015, p. 64). Nesse sentido, o sofrimento da mãe é cultuado como uma expressão de seu amor pela prole. A atitude de submissão e entrega aos filhos está presente culturalmente na imagem de Maria, que se sacrifica e sofre pelo filho, uma mãe cujo martírio é um modelo imposto às outras mulheres. O sofrimento de Ângela inspira uma releitura da *pietá* de Michelangelo: o

martírio e a compaixão inspirada pela perda do filho, com uma nítida diferença: ao contrário de Maria, a personagem não carrega o corpo do filho nos braços, carrega sua ausência, pela qual não pode sofrer efetivamente. A *pietà* de *Rebentar* (2015) é uma mãe cujo sofrimento não é encerrado pela morte, mas perpetuado continuamente pela falta.

Apesar dessas crenças ligadas aos papéis tradicionais de gênero, o luto é um processo individual, no qual estão envolvidas todas as particularidades de um sujeito e da relação mantida com o objeto. Não há, portanto, um modo correto de vivenciá-lo, mas as expectativas sociais lançadas sobre a figura individual dos pais e das mães dificulta ainda mais esse processo, gerando inseguranças. Quando um cônjuge constata que o outro não está reagindo da mesma forma, surge o sentimento de frustração, a sensação de abandono. Nesse contexto, a comunicação se torna cada vez mais escassa, trazendo novas crises, intensificadas pelas reações do luto (Rando, 1996).

O destino de boa parte dos casais com filhos desaparecidos pode ser a separação, visto que a perda torna insuportável o convívio e a partilha de lutos tão distintos: “grande parte desses pais passam, em algum momento, a não suportar mais atravessar o prolongamento das horas e dos dias dentro da casa esvaziada, enxergando no rosto um do outro o espelhamento de sua maior angústia” (Gallo, 2015, p. 46). Contudo, na obra, há um esforço do casal para que essa aura de tragédia não contamine o relacionamento, mas que seja uma força para prosseguirem juntos nos caminhos tortuosos das buscas. Isso não significa que não haja dificuldades e conflitos, mas sim que há nesta tragédia uma partilha entre pessoas que conhecem, em certa medida, a intensidade do sofrimento um do outro.

Ângela e o marido tentam conciliar seus lutos, tão distintos, no mesmo espaço de perda e desolamento. Para manter o que restou de suas vidas, foi preciso que Ângela e Otávio se unissem, reconstruindo-se juntos e não permitindo que a tragédia da perda afetasse o amor que tinham um pelo outro: “Desde os costumes mais rotineiros até as trocas eróticas, tudo precisou ser depurado lentamente das culpas e das assombrações pela perda de Felipe e seu retorno sempre possível. Ângela e Otávio tiveram de esculpir de novo o amor que perdera o molde” (Gallo, 2015, p. 47).

O sistema familiar também sofre desorganização após a perda de um filho, exigindo adaptação e reorganização dos membros (Rando, 1986). As responsabilidades são redistribuídas conforme as lacunas deixadas pelo falecido, considerando o número e a qualidade de funções desempenhadas por ele. Exemplo disso é quando um dos filhos assume o cuidado parental diante da indisponibilidade emocional dos genitores de retomar as responsabilidades pela família ou quando um dos irmãos substitui a identidade do irmão falecido, preenchendo o vazio deixado por ele. Assim, os irmãos normalmente ficam sobrecarregados diante das expectativas lançadas sobre eles. Os pais, por sua vez, podem se tornar superprotetores em relação aos seus outros filhos, pelo receio de perdê-los, ou indiferentes e hostis, em virtude da lembrança do filho morto.

Além das redistribuições de papéis, a morte de um membro na família induz um luto coletivo, cuja consequência pode ser estresse pelos gatilhos que a resposta do luto de outra pessoa gera, ou reconforto pela possibilidade de compartilhar dos mesmos sentimentos de desamparo que outros. Pode surgir entre os pais, em virtude do sentimento de culpa que acompanha o luto, a necessidade de lidar com o luto de outros familiares e negligenciar seu próprio luto, gerando prejuízos emocionais. No romance, outros familiares também são afetados pelo desaparecimento, tendo que se adaptar a essa perda e reorganizar seus papéis conforme a lacuna deixada por Felipe. Na dinâmica familiar, algo se perde: o tom das conversas é sempre solene, o filho desaparecido está sempre espreitando as interações. Nas celebrações, a falta de Felipe é sentida com maior intensidade, o que compromete a realização das festas de fim de ano e aniversários:

Foram três dezenas de Natais que passaram, ou se perderam, em reuniões bastante precárias. Locais e tipos diferentes de festa foram tentados, mas os saldos eram similares: no máximo, um jantar simples entre poucos parentes, preenchido por gestos e conversas tão cautelosos que chegavam a ser perturbadores. Poucas horas eram atravessadas nesse ambiente de vulnerabilidade antes que Ângela e Otávio se recolhessem de forma antecipada, em meio às lágrimas da mulher provocadas por alguma lembrança ou afetação eventuais. Com o incômodo e a inutilidade dessas tentativas de celebração, os Natais foram perdendo a força pouco a pouco (Gallo, 2015, p. 209-210).

Uma das pessoas mais afetadas por essa dinâmica no círculo familiar é Isabela, prima de Felipe. Embora tenha convivido com o primo apenas durante parte de sua infância, os impactos de sua morte e a sua falta são sentidos intensamente por ela.

Isabela cresceu sob a sombra do desaparecimento dele, acostumada à vigília dos pais, impactando sua infância, permeada de tristeza e medo: “Quando criança, ela recebera muito pouco dessa forma de alegria antes de ter seu espaço quase anulado pela perda do primo” (Gallo, 2015, p. 210). Quando Felipe desapareceu, Isabela viu as expectativas dos familiares se voltarem para ela: teria que crescer em meio à tragédia do desaparecimento dele. Não poderia trazer problemas, a perda de Felipe já era dolorosa demais e, por isso, seus conflitos eram sempre reduzidos, ofuscados pela perda do primo. Os efeitos desta instabilidade familiar podiam ser observados na maneira como Isabela sempre parecia tentar se encaixar nas expectativas de seus familiares para não causar problemas:

Sua amabilidade poderia mesmo ser uma das poucas maneiras possíveis de se encaixar naquele pequeno espaço que lhe restara, a estreita margem entre a proximidade com os adultos e ao redor do imenso buraco que se abrira na família. Era possível perceber em Isa, mesmo atualmente, um excesso de condescendência, acostumada que fora a não trazer seus problemas ou qualquer dificuldade aos familiares já tão comprometidos pela tragédia maior — sempre bem maior — de Felipe, em especial os padrinhos (Gallo, 2015, p. 54).

No início da narrativa, Isabela descobre uma gravidez que a possibilita escapar da estrutura do trauma familiar. Contudo, teme que a maternidade de Ângela sofra com a sua própria, que a faça lembrar da perda, é sempre com este receio que ela fala de seus planos, na tentativa de não afetar a tia com lembranças. Ainda na tentativa de romper com o trauma, há sempre a sombra de Felipe presente, a antítese da vida que ainda será, a vida interrompida. A ausência de Gabriel, filho de Isabela, é temporária, logo nascerá e fará parte do mundo, mas a ausência do primo não parece mais sê-lo. É uma perda praticamente concreta:

de um lado, aquele que precisava ser mantido através do presente para alcançar o futuro, e de outro, o que precisava ser desligado do presente para não mais ancorá-lo ao passado. Ambas as mães retendo um frágil cordão que as ligava a seus meninos (Gallo, 2015, p. 343).

A gravidez de Isabela não é de todo tranquila. Há um sangramento, indicando problema na gestação e obrigando-a a permanecer em repouso e zelar pela saúde do feto. Neste momento, ela receia perdê-lo e reviver, mais uma vez, a tragédia de romper com uma vida. Restrita à cama, não pode montar o quarto do filho e teme, pior, ter que desmontá-lo, caso a gravidez tome rumos sombrios. Ângela assume a tarefa de lidar com o quarto, certa de que precisa proteger a afilhada dos próprios

traumas e medos. Enquanto observa os futuros pertences de Gabriel, Ângela percebe os objetos já espelharem uma existência, ainda por vir. Há, no avesso dessa esperança, a angústia de não ter podido acompanhar o desenvolvimento do próprio filho. Para Ângela, cuidar da gravidez de Isabela é uma forma de tentar compensar o trauma que a morte de Felipe causou:

Montar o quarto do menino era uma espécie de redenção para Ângela. Isa era como uma filha para ela, e Gabriel, uma extensão de Isa. O bebê por vir jogava uma luz derradeira sobre esse elo entre as duas mulheres, que havia se perdido em parte nas sombras do desaparecimento de Felipe. Poder investir o trabalho de suas mãos na concretização desse pequeno mundo a se refazer era algo muito especial para Ângela. Depois de tantos esforços para demolir as bases que constituíam seu próprio universo, ela se via muito realizada por poder, enfim, construir algo novo. Tinha novamente a sensação de cultivar o solo do tempo, em vez de apenas ceifá-lo (Gallo, 2015, p. 323).

O filho de Isabela simboliza uma passagem, uma vida que surge para refazer uma família destruída pela dor da perda. Com o nascimento de Gabriel, nasce também a esperança e a reconstrução. É uma nova história a ser escrita, despida de tragédias e traumas.

Na dimensão social, a morte de uma criança causa comoção porque é vista como uma injustiça, uma interrupção abrupta e trágica no ciclo da vida (Rando, 1986), os pais enlutados são estigmatizados e excluídos dos círculos sociais, principalmente por outros pais, que temem a perda dos próprios filhos e enxergam na imagem dos pais enlutados uma constatação da fragilidade da vida. O resultado é que o luto deles pode ser muito solitário, a rejeição sofrida reforça o sentimento de culpa e rebaixa a autoestima, contribuindo para as crises emocionais. Em alguns casos, os pais se isolam voluntariamente do círculo social, porque não se veem compreendidos pelos outros ou capazes de manter suas relações. Além disso, a condição excepcional desse luto resulta em uma incapacidade de corresponder às expectativas de um luto saudável e de curta duração.

Há um isolamento latente na casa arcaica que guarda o trauma da perda do filho. Dedicando-se às buscas por Felipe, Ângela não mais frequenta a escola onde trabalha, nem passa momentos de descontração ao lado de amigos e familiares. O seu círculo de amizades consiste apenas em pessoas mais próximas que, de alguma forma, acompanharam sua trajetória emocional de perda, como a sobrinha Isabela e

Suzana, sua psicóloga e integrante do grupo “Mães em Busca”. Ela evita o contato com vizinhos, temendo sempre o julgamento por sua decisão de renúncia. Há sempre uma espera e um receio de que o seu luto fique evidente para os outros, despertando julgamentos e, por isso, há também a constante tentativa de esconder suas dores e reações. Após comunicar sua decisão de renúncia, esse receio cresce ainda mais, porque a mãe sente que se apegar ao filho é uma prova de que esta renúncia não é legítima. O que não fica evidente para outras pessoas que não sofreram da perda, é que o luto nem sempre é uma tarefa finita.

2.3. O LUTO INTERMINÁVEL E LAÇOS CONTÍNUOS

Os modelos tradicionais de luto giram em torno de uma tentativa de romper ou afrouxar os laços com o falecido e retomar as atividades cotidianas, impossibilitadas pela condição incapacitante do luto. Assim, espera-se que o enlutado confronte a realidade da perda e invista em outras relações, realizando o processo de desligamento do objeto amado. Contudo, essa perspectiva linear do luto vem sendo questionada por pesquisadores, sobretudo no que tange ao luto parental, em virtude da complexidade do vínculo.

Klass, Silverman e Nickman (1996) demonstram caminhar-se para um novo entendimento do luto parental, desvinculando-se da perspectiva de um luto finito e conclusivo. Em uma tentativa de reformular concepções tradicionais do luto, os autores cunharam o termo *continuing bonds*, descrevendo as situações em que o vínculo com o objeto amado não sofre ruptura após a morte, resultando em um modelo de luto por meio de laços contínuos. Assim, o objetivo do luto não seria o desligamento, mas a manutenção saudável dos laços com o falecido, aproximando-se dele por meio de memórias, fotografias ou objetos que pertenciam a ele. Outro exemplo é a influência sobre o enlutado, pela internalização de valores e hábitos que o pertenciam ou a tentativa de comunicação com ele. Isto é, agir como se ele ainda estivesse próximo. Neste aspecto, o modelo de luto por laços contínuos se aproxima da ideia de internalização do outro: quando o ente querido morre, ocorre um processo de reconstrução de identidade para assimilar a memória do outro como parte do meu eu.

Para alguns enlutados, na sociedade urbana contemporânea, a tentativa de manutenção de laços seria uma forma menos dolorosa de lidar com a perda, honrando a memória do familiar, mas reforçando o vínculo para mantê-lo presente. Espaços de conversa também são descritos como promissores nestes casos, visto que alguns enlutados encontram dificuldades em se expressar para conhecidos, intensificando o sentimento de solidão vivenciado no luto. Portanto, há situações em que os laços contínuos se mostram como uma alternativa profícua, funcionando como um método de enfrentamento da morte do ente querido ao explorar a importância dos laços mantidos com ele.

Embora os entendimentos acerca do luto estejam cada vez mais distantes de um modelo conclusivo, o modelo proposto nos laços contínuos ainda não foi comprovado totalmente eficaz, porque o luto é um processo individual e pode ser vivenciado de forma nociva, caso a manutenção do vínculo com o falecido seja uma estratégia mal-adaptativa à morte, quando há uma falha em reconhecer a realidade da perda. Nesses casos, o indivíduo exibirá comportamentos que dificultarão uma relação saudável com o falecido, levando a um luto não resolvido.

Field (2006) destaca que uma estratégia mal-adaptativa pode ocasionar falhas de percepção, impedindo a revisão das representações mentais do falecido. O enlutado fica tão intensamente preso à memória dele que não consegue reconhecer a perda concreta, resultando na negação da morte e uma confusão mental entre passado e presente e entre realidade e imaginação. O autor define essa condição como uma perda não resolvida, cujas consequências são um apego intenso e uma busca obsessiva pelo falecido, na tentativa irracional de recuperá-lo. Embora expressões de laços contínuos sejam comuns após a morte, o prolongamento desses comportamentos pode indicar um mecanismo de defesa contra o enfrentamento da realidade da perda, impedindo o enlutado de reformular suas conexões com o falecido (Field, 2006).

Em *Rebentar*, a natureza da perda leva Ângela a persistir na busca pelo reencontro, levando-a a um modelo de vínculo instável, pois é sustentado apenas por ela. Não se sabe nada acerca do paradeiro de Felipe, o que impede a revisão do vínculo pela constatação da realidade da perda, configurando uma estratégia mal-adaptativa por não perceber a perda como concreta e reconstruir, portanto, o vínculo.

Seu comportamento, inicialmente, é caracterizado pelo esforço constante em manter o filho presente, como parte da realidade, ainda que ausente.

No entanto, o prejuízo desse comportamento é a incapacidade de prosseguir com suas atividades cotidianas e uma desconexão com o presente, o que a leva, em vários momentos, a estranhar a passagem do tempo, prendendo-se ao passado, ao momento da perda. A busca se torna uma obsessão à medida que os anos vão se passando e Ângela continua à procura do filho, fazendo todos os sacrifícios para recuperá-lo. A mãe vai estendendo a relação com o filho, apegada ao vínculo que possuía antes da perda. Não reconhecer a perda como concreta impossibilita a revisão da conexão com Felipe, tornando-o um espectro.

A fenomenologia oferece uma compreensão acerca do luto que considera a vivência do sujeito em coexistência com o outro, uma intersubjetividade compartilhada que guia a percepção do mundo (Freitas, 2013). O luto requer uma revisão dos laços para a compreensão do próprio eu: “Sendo o outro uma co-presença, sua desapareição enquanto mortal produz uma modificação do meu campo existencial, do meu mundo vivido, exigindo-me novas formas de ser-no-mundo.” (Freitas, 2013, p. 103). Diante da morte, há o período de reajuste que os enlutados realizam, revendo seu vínculo com o ente querido para caminhar em direção a uma aceitação da ausência permanente deste sujeito. Contudo, o que o desaparecimento impõe é uma ausência impermanente, que está sujeita a se encerrar com o possível retorno. Assim, não há a possibilidade de se refazer a partir dessa ausência. Resta puramente uma presença-ausente, manifestação do outro no mundo por meio de lembranças, memórias e fotografias. Assim, nem o desaparecimento e nem a morte encerram a presença, pois ela é perpetuada pelas relações mantidas por outros.

Na obra, há uma dificuldade permanente de se compreender a relação com um ser ausente. O desaparecimento, desde o princípio, se impõe como um problema que deve ser solucionado a qualquer custo. Nesse contexto, não há espaço para revisão da relação mantida com o outro. O martírio da mãe é perpetuado pelo ato da busca, que compreende a possibilidade de retorno daquele corpo ausente, mas que expande em igual medida a ausência pela repetição contínua do desencontro.

Alguns exemplos de expressão de laços contínuos durante o luto são descritos por Field (2006, p. 744), como no conceito de “mumificação”, em metáfora às práticas

egípcias de embalsamação, situação em que os enlutados mantêm os objetos do falecido exatamente como estavam antes da sua morte, em uma esperança irracional de seu retorno, ou no conceito de *mislocation*, em que o enlutado tenta buscar a figura do enlutado em outros contextos, transferindo seu vínculo com o falecido para um outro familiar, visto como um substituto. Despersonalização e alucinações, como quando o enlutado pensa ter visto ou ouvido o falecido em uma multidão, são outros exemplos de expressão de laços contínuos.

Essas situações ocorrem, sobretudo, quando a perda é resultado de uma situação traumática ou quando há um modelo de apego ambivalente ou inseguro entre o enlutado e o ausente porque os conflitos não podem ser solucionados após a morte. Outro aspecto destacado por Field é a relação de dependência na qual se constrói o vínculo porque, diante da morte, a autoestima do enlutado fica abalada, visto que aquele que fornecia suas bases de segurança já não está mais presente. Apesar da ausência da figura de apego, o vínculo permanece, mas quando as condições desse vínculo não são saudáveis, preservar a conexão com o falecido pode reforçar o sentimento de desamparo.

Percebe-se na obra muitas expressões de laços contínuos, sobretudo na relação de Ângela com os objetos e as memórias de Felipe, quando suscitadas por fotografias ou por projeções dele. Assim como na “mumificação”, Ângela preserva o quarto de Felipe, à espera do retorno que nunca chegou. Há, também, alguns episódios de “alucinações”, em que Ângela pensa ter ouvido o choro do filho, sua voz chamando-a ou, ainda, ter visto sua figura vagando pelas ruas da cidade, mesmo trinta anos após seu desaparecimento. O fato de o desaparecimento ser uma situação não-resolvida e traumática também contribui para que haja uma relação mal-adaptativa à perda. O vínculo mantido com filho é marcado pela culpa que acomete Ângela, por não ter conseguido protegê-lo. Nessas expressões de laços contínuos há sempre uma tentativa de contornar a perda, ignorá-la, pois encarar sua realidade significa lidar com uma série de conflitos internos, sendo um processo doloroso.

Um luto bem-sucedido se baseia em uma revisão da relação com o morto e uma aceitação da nova realidade da perda, não necessariamente se desfazendo dos laços, mas reconfigurando o vínculo para acomodá-lo à situação da ausência permanente do outro. Nesse caso, há uma clara distinção entre a relação mantida

com o falecido antes e após a morte. Reconhece-se a impossibilidade de estabelecer o contato com o outro fisicamente, mas a relação continua existindo internamente. Contudo, nas perdas não resolvidas, o processo de reorganização do vínculo não ocorre em sentido subjetivo, mas concreto, visto que retomar o contato com o outro ainda é uma possibilidade, causando a dificuldade de reconhecer a perda e, portanto, de reorganizar o vínculo.

Root e Exline (2014) afirmam que um fator que influencia a adaptação das expressões de laços contínuos é a percepção do enlutado sobre sua experiência de conexão com o falecido. Quando essa conexão é desencorajada, os enlutados não enxergarão a extensão da presença e da memória de seus entes queridos sob um viés negativo: “Expressões de luto contínuo podem não ser efetivas em lidar com o luto se os sobreviventes não sentem que essas expressões são social e culturalmente aceitáveis” (Root; Exline, 2014, p. 5). De acordo com Klass, Silverman e Nickman (1996, p. 19), os modelos tradicionais de luto estão ancorados em valores individualistas da sociedade ocidental moderna. Assim, a expressão do luto e a manutenção do vínculo com o falecido são vistas como improdutivas, desencorajadas em um contexto de obsessão por progresso. Os enlutados não encontram suporte para manter seus relacionamentos com o morto, sentindo-se culpados por não processarem a perda conforme o esperado.

Contudo, o modelo de luto contínuo proposto por Klass, Nickman e Silverman (1996, p. 23) pode ser considerado pertinente aos pais, porque legitima suas experiências de continuidade do vínculo, contrapondo a ideia de um desligar do objeto amado. Quando a revisão do vínculo é realizada de modo coerente, reconhecendo a realidade da perda e a transformação na relação após a morte, os pais podem encontrar conforto em integrar seus filhos em suas vidas de uma maneira saudável. Em um contexto em que a morte é cada vez mais rejeitada, manter vínculos com o ente querido não parece um desdobramento possível, gerando conflito quando os pais precisam lidar com os sentimentos de permanência da perda. Nisso, o luto nunca termina, porque o vínculo entre pais e filhos, idealmente, pretende ser interminável na mesma medida.

Quando perde o filho, Ângela acredita que tentar recuperá-lo é sua responsabilidade e insiste nessa tarefa por décadas. Como a perda não é concreta,

não há uma maneira saudável de lidar com ela até que ela seja vista como irreversível. Neste espaço, há uma forte influência do seu grupo social para que continue apegada ao filho e não desista das buscas, mantendo este vínculo a todo custo. Essa posição é oposta àquela adotada em casos de morte, em que o grupo espera que o enlutado se desligue do objeto amado e prossiga com sua vida. Na obra, há uma expectativa de que a relação com o filho permaneça a mesma, pois o desaparecimento parece reversível. Contudo, a renúncia abre espaço para que o vínculo com o filho seja revisto. Não há um desligamento do objeto amado, porque Felipe continua a ser parte da realidade de Ângela, uma memória e uma presença constante, mas com contornos mais precisos. Não é mais um espectro, porque se reconhece a sua ausência como permanente; contudo, a sua presença permanece impressa na mãe, integrada nela.

A renúncia exigiu um processo de reconstrução, uma reconfiguração das suas expectativas. Foi preciso reconhecer a impossibilidade do retorno. Ao se basear em um modelo de luto freudiano, em que há o desligamento do objeto amado, o sujeito crê estar desempenhando o luto de maneira ineficaz, quando, na realidade, existem modelos de luto em que esse desligamento não ocorre. A perda é reconhecida, mas o vínculo não é desfeito e sim visto como permanente, algo que nunca deixará de acompanhar o sujeito ao longo de sua vida. Durante muito tempo, Ângela demonstrou um modelo de luto patológico, conforme conceituado por Horowitz *et al.* (1980), preservando Felipe em sua casa, em seu quarto, suas memórias e fotografias, acreditando que isso fosse necessário para que a relação com ele nunca se desfizesse. Contudo, ao renunciar às buscas, Ângela percebe que o filho continua fazendo parte de seus pensamentos e de sua rotina e que sempre estaria presente.

2.4 VÍNCULOS MATERNOS: A MÃE DE UM AUSENTE

Socialmente, há uma pressão sobre a figura dos pais, para que cumpram suas funções de acordo com um modelo pré-estabelecido. Quando não há satisfação desses papéis sociais, os pais são consumidos pela culpa, sentindo-se falhos. Por razões históricas e sociológicas, as expectativas e as responsabilidades recaem, sobretudo, na figura materna, tornando-a o centro do cuidado parental.

Conforme Badinter (1985), a mãe é uma figura relativa, pois “se concebe apenas em relação ao pai e ao filho” (Badinter, 1985, p. 25) e tridimensional, pois além de mãe, também é mulher. Diante das imposições da maternidade, muitas vezes essas figuras entram em conflito pelos seus interesses distintos. A mãe que zela pelo

filho pode não ter tempo ou espaço para exercer as demais atividades que a mulher individualmente realiza, como ocorreu na obra, visto que Ângela escolhe a figura da mãe como a central, abandonando outros planos e ambições para focar unicamente na tentativa de recuperar o filho.

Até o século passado, a mãe era a principal figura de convívio da criança, já que, devido à divisão sexual do trabalho, as mulheres assumiam as responsabilidades domésticas enquanto seus parceiros trabalhavam fora. A maternidade foi imposta como um dever à mulher, que deveria garantir a ordem da casa e da família, enquanto ao homem cabia prover a sobrevivência deles. Condenadas a esse ambiente, as mulheres usufruíam de pouca liberdade individual, sendo impedidas de transitar por outros espaços e abandonavam a figura individual em prol da figura materna.

Para Millet (1995), a opressão das mulheres está diretamente atrelada ao poder das instituições familiares e do Estado. Ariès (2014) afirma que o homem sempre manteve certa autoridade na instituição familiar; mas à medida que sua autoridade aumentava, a liberdade da mulher diminuía, principalmente entre o fim da Idade Média e o início da Idade Moderna. A partir do século XIV, a mulher se tornou sujeito dependente cujos atos eram controlados pelo marido, reforçando o poder da figura patriarcal.

De acordo com Badinter (1985), no fim do século XVII, a infância foi se tornando uma preocupação social em decorrência da alta taxa de mortalidade infantil na Europa, gerando preocupação econômica. Esse aspecto influenciou a produção filosófica da época e acentuou uma preocupação com a criança enquanto peça central da sociedade. Para que fosse possível a ascensão das crianças nesta lógica, a mulher assumiu a responsabilidade pelo cuidado parental, influenciada pelo discurso idealizado de que encontraria na maternidade uma realização pessoal ou uma “fonte de identidade” (Perrot, 2008, p. 68).

Criou-se uma aura sagrada em torno da mãe, ao modelo do sacrifício da Virgem Maria: a mãe devia ser devota ao cuidado com os filhos e renunciar suas necessidades para servir às necessidades deles. Assim, no século XIX, as mulheres passaram a se inspirar em um modelo de maternidade cujos ideais eram baseados no amor incondicional e no sacrifício. A mulher que se afastava desses modelos era condenada moralmente e sofria exclusão social. No final do século XIX, à medida que

conquistava mais espaços, a mulher se via cada vez mais aprisionada em uma teia de responsabilidades, realizando uma jornada dupla de trabalho ao cuidar das tarefas domésticas, dos filhos e trabalhar fora de casa. Tornando-se difícil conciliar essas atividades, a mulher começou a questionar seu papel, sentindo-se inadequada por não atender aos moldes ideais daquela que abdica de tudo pelo filho.

Essa responsabilização é construída socialmente, mas está presente no inconsciente feminino. Na obra, Ângela se culpa pela perda de Felipe, acreditando que seus esforços poderiam ter impedido o desaparecimento do filho. Essa culpa resulta em uma devoção completa às buscas, uma forma de se redimir por tê-lo perdido, mas também trazem prejuízos à qualidade de vida da mãe, que abandona tudo para recuperá-lo.

Perceber-se, na ausência dele, causa uma estranheza sobre as identidades ocupadas pelos dois. Quem é este filho, que já não está mais presente, mas por quem Ângela nutre amor? E quem é esta mãe, despossuída do filho, de mãos vazias? O vínculo deve ser revisto, para que a maternidade caiba nesta lacuna deixada pela ausência dele e para que ela se reconheça como mãe após a perda. Todos os sentimentos investidos nele permanecem, não tomam nenhuma outra direção. Ângela não pode investi-los em alguém que desconhece, mas apenas no filho de cinco anos, uma memória que será sempre eterna para ela, precisa aprender a aceitar a maternidade de um ausente, a partir de um vínculo que permanece não pelo convívio com a prole, mas pelo amor que nutre por ele, a partir do convívio anterior, dos planos frustrados, as expectativas que reconhece impossíveis de serem realizadas.

Renunciar às buscas é, de certa maneira, uma transgressão às expectativas sociais destinadas à figura materna, mas essa decisão não vem sem o peso dos julgamentos, o receio de ser considerada “menos mãe”. É por isso que o processo de renúncia é atravessado por dúvidas constantes. A resistência social à renúncia resulta da expectativa de que a mãe esteja sempre à espera do filho, dedicando-se unicamente a ele. Do contrário, acredita-se que ela desistiu dele, abandonou-o à sua própria sorte: “E se ele aparece e encontra você assim? Vê que a própria mãe resolveu esquecê-lo?” (Gallo, 2015, p. 132). Ela questiona a reação de outras pessoas, porque entende a responsabilização social atribuída à mãe neste contexto: “Sei que vai ter

muita gente contra essa minha decisão, achando que cumprir o papel de mártir que me cabe é mais importante do que me sentir bem” (Gallo, 2015, p. 107).

Contudo, mesmo diante dos questionamentos colocados por outras personagens, Ângela persiste em sua decisão porque é impossível conciliar a tarefa de persistir nas buscas e, simultaneamente, seguir adiante. Por muito tempo, a possibilidade de outro desfecho a assombrou. Pensar em fazer outros planos parecia um desrespeito à memória do filho. Mas trinta anos depois, a possibilidade do retorno a paralisava, impedindo-a de ter uma vida para além dele:

eu desisti de um monte de coisas na minha vida, por causa da falta de Felipe ou por ficar acreditando na volta dele. Agora vou parar de desistir de todas essas coisas. Não vou mais desistir de mudar de casa; não vou mais desistir de trocar as fotos dele por outras mais recentes da família; e não vou mais desistir de ter outros planos pra minha vida que não incluam aumentar ao máximo as chances de ele poder nos encontrar (Gallo, 2015, p. 131).

Ao dar continuidade às mudanças, à reforma da casa e, finalmente, revelar ao grupo “*Mães em Busca*” sua resolução, Ângela está se priorizando pela primeira vez, após dedicar tanto tempo a desempenhar o papel de mãe enlutada. No fim da diegese, Ângela discute seu processo de renúncia, reconhecendo que as buscas por Felipe foram emocionalmente destrutivas e que estender esse processo era anular sua própria vida, tão importante quanto a vida do próprio filho. Isso não significa renunciar à maternidade ou ao amor por ele, mas sim respeitar sua ausência e aceitá-la como parte da vida, compreendendo que fizera tudo ao seu alcance para recuperá-lo.

Conforme Rando (1986, p. 7), a primeira dimensão afetada pela perda de um filho é a dimensão individual, isto é, as concepções que os pais têm de si próprios, como eles se enxergam e se identificam como sujeitos, considerando a identidade que constroem em torno dos filhos, em relação a eles. Em um diálogo impossível, a mãe realiza um exercício ficcional, construindo o filho a partir das suas próprias concepções, visto que ele não está presente, nesse sentido, incorpora a identidade dele e simula sua presença para manter o vínculo. No capítulo seguinte, será discutida a relação de Ângela com Felipe diante da sua ausência, na tentativa de demonstrar os impactos da perda sobre a sua autoimagem e o processo de reconstrução, que envolve se desprender das projeções construídas para o filho.

3 A VOZ AUSENTE DO OUTRO NA VIVÊNCIA DO LUTO

Neste capítulo apresentam-se algumas considerações acerca da identidade a partir de uma perspectiva lacaniana, na qual a influência do Outro sobre o Eu é primordial. Na obra, a perda do filho constitui uma perda de identidade, a medida em que a mãe deixa de se reconhecer e passa a simular uma imagem do filho ausente para processar a sua perda. Ao fim, temos um processo de reconstrução do Eu, quando a personagem compreende a impossibilidade de recuperar o filho e o assume como parte de si.

3.1 A CONSTRUÇÃO DO EU NA AUSÊNCIA DO OUTRO

Na psicanálise, a noção de sujeito vai muito além do modelo cartesiano no qual a existência está centrada no pensamento racional: “Penso, logo existo”. Para Freud (1923; 2007), o Eu é “uma organização coesa de processos psíquicos inter-relacionados [...] O Eu seria, então, aquela instância psíquica que supervisiona todos os processos parciais que ocorrem na pessoa” (p. 30-31). Contudo, o Eu não está limitado aos processos conscientes e inclui outros processos que movimentam o aparelho psíquico: “é preciso considerar a consciência como sendo apenas uma das qualidades do psíquico e lembrar que diversas outras qualidades podem, ou não, somar-se a ela” (Freud, 1923; 2007, p. 28). Nesta dinâmica se inclui o consciente, o pré-consciente e o inconsciente.

O consciente é onde se manifestam os pensamentos e onde são processados as percepções sensoriais e os sentimentos. O pré-consciente e o inconsciente também têm um papel na constituição do sujeito: são as ideias que estão inacessíveis ou latentes, mas não conscientes. Essas ideias são supervisionadas pelo Eu, que filtra os conteúdos, podendo reprimi-los na inconsciência ou manifestá-los. Junto ao Eu atuam o Id e o Supereu. O Id é definido como a parte da mente que se comporta como o inconsciente, vinculado às paixões e instintos primitivos aos quais o Eu reprime ou se sujeita. O Supereu, por sua vez, encarrega-se da censura e o autojulgamento do Eu, a fim de inibir comportamentos considerados inadequados pelo grupo e estimular comportamentos que se aproximem de um ideal construído socialmente. O Supereu

tem origem nas identificações parentais, consideradas as primeiras identificações, podendo perdurar ao longo de toda vida, de modo que a formação do Eu é influenciada pelas expectativas dos pais sobre a criança, incitando-a a agir de acordo com seus preceitos e proibições. O primeiro contato que a criança tem com o mundo é mediado pelos pais, percebidos como referências primordiais para sua formação.

Para Freud (1920; 2016), o sujeito é movido a partir de dois propósitos dominantes, situados no inconsciente: a pulsão de vida e a pulsão de morte. A pulsão de vida tem como objetivo proporcionar o prazer e evitar o sofrimento, movimentando-se em direção à preservação e à criação. A pulsão de morte, por outro lado, busca a antecipação da morte a fim de retornar ao estado orgânico da existência, provocando a dor, a destruição e a paralisia: a pulsão de morte evita o prazer. Ambas pulsões, em equilíbrio, levam à repetição constante da experiência de satisfação nunca alcançada. Assim, Freud descreve os processos constituintes do aparelho psíquico, pré-estabelecendo as bases para a estruturação do sujeito, influenciado pelas pulsões que o colocam em movimento, gerando o equilíbrio entre a vida e a morte, entre prazer e desprazer. Portanto, o Eu seria formado por este conjunto de processos, conflitantes entre si e, concomitantemente, convergentes, aspirando à satisfação.

A estrutura do funcionamento psíquico proposta por Freud em seus estudos foi essencial para o desenvolvimento da psicanálise, servindo como base para compreensões posteriores da construção do Eu. Dentre estas, as teorias de Jacques Lacan, desenvolvidas a partir da revisão dos conceitos freudianos. Jacques Lacan foi um psicanalista francês que, a partir da década de 1950, buscou uma reinterpretação dos textos freudianos, um “retorno a Freud”, à luz de questionamentos pós-modernos, influenciado também por teorias linguísticas e estruturalistas. Lacan buscou uma conceituação do sujeito na sua relação estabelecida com outros, em um processo de identificação e espelhamento mediado pela linguagem. A influência de um Outro é externa ao sujeito, atuando na formação de um Eu ideal inatingível.

Em Freud, percebe-se a influência do Supereu por meio das identificações parentais na formação do aparelho psíquico, assim como o Outro sobre o sujeito e a importância do desejo das pulsões de vida e morte como força-motriz da existência. No centro da formação do Eu encontram-se os processos de identificação e de manutenção do desejo. Quando o referente se torna inacessível, o sujeito perde sentido de si próprio e da realidade. A ausência do objeto de identificação cria uma

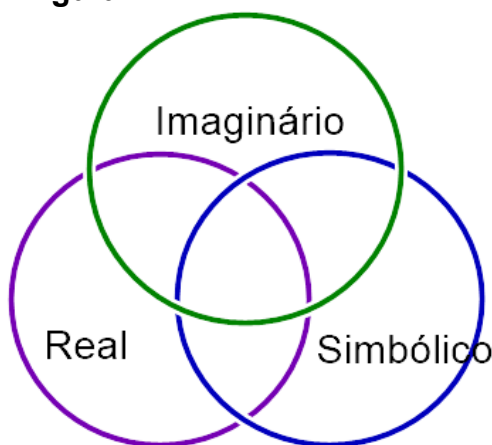
lacuna sobre o Eu e o desejo do sujeito. Um Eu que perde acesso ao objeto de amor e identificação entra em um processo de fragmentação, já que enxergava no Outro a referência para sua estruturação.

No presente capítulo, será discutida a construção do Eu de Ângela após a perda do filho e a dificuldade de se refazer na ausência dele, visto que não há mais a presença do objeto de amor para se identificar, nem para a elaboração do desejo. O Outro está ausente, tanto no sentido do referente (o sujeito filho), quanto no sentido da linguagem, impotente diante do silêncio ensurdecido do desaparecimento. O desejo, por sua vez, paralisa Ângela na estrutura de repetição do trauma, impedindo-a de redirecionar a libido para outros objetos de amor.

3.1.1 Perspectivas Lacanianas sobre a Construção do Eu

O Real, Simbólico e Imaginário são conceitos basilares no pensamento laciano e a partir deles é possível chegar a uma aproximada compreensão do que seria um sujeito e como este é estruturado. Lacan se refere a estes registros como “registros essenciais da realidade humana” (Lacan, 1953; 2005, p. 12). Para Lacan, o Real, Simbólico e Imaginário são representados pelo nó borromeano: três círculos entrelaçados por uma relação de interdependência (Figura 1). Diante da remoção de qualquer um dos três anéis, os outros são desconectados, de modo que sempre haverá um anel que faz a mediação entre os outros dois.

Figura 1 – Nó borromeano



Fonte: A própria autora

Da mesma forma, os três registros estão necessariamente conectados por meio deste laço e, simultaneamente, distintos entre si (Capanema e Vorcaro, 2017). Em *Rebentar* (2015) a estruturação do Eu de Ângela é comprometida quando estes registros entram em conflito. Cada registro será conceitualmente apresentado para que se possa alcançar a problemática do romance.

A estrutura do registro Imaginário é inicialmente apresentada no estágio do espelho, descrito como o processo inicial do desenvolvimento de uma noção do Eu. Para Lacan (1949; 1998), a criança desenvolve consciência de si entre os 6 e 18 meses, quando interage com uma imagem externa a ela. A princípio, a percepção de sua própria imagem causa estranhamento, a criança acredita ver uma outra diante de si. Conforme se move e interage com o reflexo, ela gradualmente percebe que contempla a própria imagem, uma realidade duplicada.

A percepção da imagem gera fascínio e também alienação: a criança vê uma figura completa e coerente, que não corresponde à realidade, um sujeito cujo corpo está completamente desenvolvido. Assumindo a imagem como uma verdade, ela antecipa sua totalidade e o domínio dos movimentos do corpo, reconhecendo o seu Eu ideal. Contudo, logo percebe que a imagem que antecipa no espelho não é real, mas imaginária. O domínio do corpo não foi alcançado porque o Eu não está completo e a imagem, externa ao corpo, é ilusória. O Eu, na realidade, é um corpo fragmentado.

De acordo com Benvenuto e Kennedy (1986), o estágio do espelho é uma revisão dos conceitos de Eu e narcisismo de Freud. No escrito de Lacan, há uma tentativa de explicar a formação do Eu por meio de uma ação física, que é a contemplação da imagem. A imagem gera uma ilusão de totalidade que levará ao fascínio por si próprio, ao narcisismo, direcionando a libido ao próprio sujeito, em um instinto de autoconservação. Entretanto, o fascínio logo gera frustração porque, da ilusão de totalidade e independência do cuidado dos pais, a criança passa à insuficiência de perceber que o seu corpo não está completamente formado e que ele não consegue executar os movimentos com perfeição.

Para Lacan, o Eu é um engano, a ilusão de uma imagem que não corresponde à realidade, formado na relação entre o imaginário e o corpo do sujeito. O estágio do espelho tem como consequência o drama do ciúme primordial, em que a criança passa a invejar os irmãos, competindo pelo amor e desejo de seus pais (Lacan, 1949;

1998). O sujeito percebe que nele falta algo que o outro parece possuir, assim, ao se identificar, o sujeito busca suprir essa falta. A identidade passa a ser mediada pelo desejo do Outro.

Conforme Fink (1998), o Eu se constitui a partir de uma cristalização de imagens ideais, como o reflexo do espelho, ou a imagem que os outros constroem dele, como as imagens derivadas dos pais, com as quais a criança aprende a se identificar e a internalizar desde os primeiros anos de vida. O Eu passa a ser a imagem transmitida por eles: “Outras imagens ideais são igualmente assimiladas pela criança, imagens essas que são derivadas da imagem dela refletida pelo Outro parental: ‘uma boa menina’ ou uma ‘menina má’, ‘um filho modelo’ e assim por diante” (Fink, 1998, p. 57). As imagens internalizadas se fundem, criando um Eu que é mantido durante toda vida por uma sucessão de imagens outras. O Eu é indissociável do Outro, toda imagem vem acompanhada de um Outro, não se constitui por si só. A perda de um Outro resulta, portanto, em uma fragmentação de imagens transmitidas por ele. Perder um Outro é como encarar um espelho vazio, uma imagem sem contorno, não se reconhecer, enfim.

No campo do registro Simbólico o Eu é determinado pelas imagens ideais transmitidas pela linguagem do outro, com as quais o sujeito se identifica. Nesta exposição ao discurso do outro, o sujeito constrói o inconsciente, assimilando palavras que não são próprias dele. Ao longo da vida, a criança tenta se encaixar no universo linguístico dos pais e corresponder àquelas imagens. Conforme ouve as palavras, o sujeito faz associações, buscando construir um significado. Contudo, este não é estável porque está à disposição do sujeito, que o interpreta conforme suas necessidades. Há uma subversão da interdependência entre significante e significado proposta por Saussure (1916; 2015). Para Lacan, esses termos são independentes e o significante é posicionado acima do significado, barrado, separado dele. O significante é o recebido pelo outro e muitas vezes não corresponde àquilo que se quer dizer. Nisso reside o Outro da linguagem: é a linguagem que me precede e sobre a qual eu não tenho controle.

Como no início da vida os bebês não possuem acesso à palavra, os pais assumem a sua fala e traduzem seus desejos. Esse é o estágio do choro, descrito por Fink (1998): “quando um bebê chora, o *sentido* desse ato é dado pelos pais ou pelas pessoas que cuidam dele que tentam nomear a dor que a criança parece estar

expressando” (grifo meu, p. 22). A real necessidade da criança não pode ser apreendida, apenas inferida pelos pais. Nesse sentido, os desejos são também moldados pelo Outro. Mas o ato de *falar* pelo desejo do Outro torna o sujeito sempre dependente da linguagem, externa a ele, porque ela o precede e é internalizada por meios externos. Assim como o Imaginário, o Simbólico também é uma alienação, porque o sujeito não é ele próprio de modo autônomo, jamais está isolado de outros sujeitos e da própria linguagem porque não possui uma linguagem própria que exprima seus desejos com exatidão, mas é inserido em uma linguagem dominada pelo desejo de outros e criada muito antes dele.

Quando entra em contato com a linguagem, o sujeito recebe nomeações que determinam a sua relação com o mundo. Conforme vai se desenvolvendo, assimila as palavras de outros como suas próprias, de modo que o inconsciente se torna “repleto da fala de outras pessoas, das conversas de outras pessoas, e dos objetivos, aspirações e fantasias de outras pessoas (na medida em que estes são expressos em palavras)” (Fink, 1998, p. 27). Assim, tenta se encaixar nessa linguagem, desenvolvendo um Eu conforme corresponde ou não a estes significantes que vem do Outro. Esses significantes, internalizados no inconsciente, podem gerar uma reação, induzindo o sujeito a agir exatamente como é esperado dele. Nesse aspecto, muitas pessoas também passam a monitorar seus próprios comportamentos a fim de alcançar a imagem ideal proposta pelo grupo, tendo outros desejos reprimidos e ignorados.

O Simbólico é o registro em que o sujeito é guiado por um desejo externo a ele, o desejo de Outro. O desejo nunca pode ser realmente alcançado porque a linguagem não pode expressá-lo, gerando uma falta, abordada nas seções seguintes como objeto *a* ou pequeno outro. O Real é o registro que escapa aos outros registros e, ao mesmo tempo, está para além deles, ex-sistindo, impossível de ser representado. É o nada, cuja nomeação cria a realidade. O sujeito não se percebe na estrutura do Real, porque está alienado na linguagem e na imagem do espelho.

Para Lacan, o objeto *a* se evidencia ao centro da intersecção do nó borromeano entre o Imaginário, o Real e o Simbólico. O objeto *a* é a causa do desejo contínuo que nunca pode ser satisfeito, sob pena de revelar a falta primordial que constitui o sujeito. No nível Simbólico, a falta é a insuficiência da linguagem, incapaz de expressar a totalidade da experiência humana. No nível Imaginário, a falta é observada na

expectativa de um Eu-ideal que é, em essência, impossível de ser alcançado. O objeto a esconde a falta primordial que constitui o ser humano e evoca o desejo para supri-la. A perda de um objeto de desejo afasta o sujeito desse equilíbrio entre os três registros e o expõe ao Real, que é por si só insuportável.

3.1.2 Quando o Outro está Ausente: Um Diálogo Impossível

Na perspectiva de Lacan, assimilamos aquilo que pertence ao outro como uma parte de nós. Quando Felipe desaparece, Ângela sofre o estranhamento da perda física dele e, simultaneamente, da perda dos significantes que ele produzia. O significante filho não mais sustenta o significante mãe, porque a mãe nasce com o filho e desmorona junto com ele. O desaparecimento fragmenta esse significante que se mantém apenas pelo desejo do retorno.

A linguagem dos pais preenche as lacunas dos filhos, que vêm ao mundo incapazes de se comunicar e, portanto, de *ser*. Por muito tempo a personagem se contenta em preencher os significantes sobre si a partir dos significantes de outras pessoas: a mãe persistente, a mãe que se sacrifica, a mãe sofredora, a *Pietà* que chora pelo filho cujo corpo não pode carregar em seus braços. Na ausência do corpo do filho, o Real se manifesta e entra em confronto com o Simbólico: a pura falta é revelada. O vazio que era preenchido pelo outro, neste caso, pelo filho, é revelado. A ausência de significantes transborda e gera angústia.

Por outro lado, os significantes que constituem Felipe ainda são preenchidos por Ângela: o desejo da mãe o constrói, mantendo-o presente durante trinta anos como uma sombra, impossível de ser apreendido. Ângela arrasta o filho consigo, através de seu próprio inferno pessoal, ele vive na casa vazia, no quarto desocupado, nos cartazes espalhados pela cidade, na palavra da mãe, vive enquanto significante, mas não como corpo presente. É a ausência do corpo que aponta para o espaço vazio, o espaço que a linguagem não é capaz de preencher. Nenhum desses significantes construídos para Felipe são capazes de capturar a sua essência.

Um diálogo é constituído por dois sujeitos, é uma tessitura de significantes que se intercalam, portanto, um processo bilateral. Dialogar com o filho desaparecido é

uma tarefa frustrante porque ele não tem voz. Se a linguagem traz à existência, o silêncio ceifa. A falta exige uma construção de outro Felipe, um simulacro para preencher a lacuna insuportável.

Na dificuldade de aceitar a perda, o enlutado realiza o exercício ficcional do outro, conforme Corrêa (2012), reconstituindo o objeto perdido, dando continuidade a ele e, portanto, a si próprio. De uma presença simulada, há certo conforto de que a ausência é temporária, perpetuando-se o outro. Perceber o silêncio e sentir a falta de Felipe, relembram Ângela de quem seu filho era e, simultaneamente, de quem ela gostaria que ele tivesse sido, caso não tivesse desaparecido. O vazio do silêncio é, então, preenchido pela voz da mãe, que o reconstitui por meio de lembranças e projeções. No entanto, esse exercício configura outra tentativa da linguagem de satisfazer sua própria insuficiência, perpetuando a existência daquele que não está presente. É uma fuga da tarefa de construção de um futuro porque o exercício ficcional a acorrenta ao passado.

A preocupação com a continuidade do filho transforma a sua preservação em uma necessidade vital. Disso resultam apegos demonstrados pela personagem, como a preservação da casa e do quarto de Felipe. Os esforços de Ângela são extremos para preservar estes espaços, como se ao preservá-los estivesse mantendo-o vivo: “Os contornos do corpo dele restando desenhados ali, como sombras de algodão em pernas e mangas estiradas” (Gallo, 2015, p. 51). Nos primeiros dias do desaparecimento, Ângela pensa ouvir os soluços do filho vindo do quarto vazio. Depois disso, o quarto se torna uma espécie de conforto, contendo em si a existência dele. O apego com os objetos, o cuidado em posicionar o pano embaixo da porta do quarto quando a casa está em reforma revelam o zelo pela identidade dele. É a tentativa de criar uma voz para ele e mantê-lo presente.

Há também apego às fotografias da prateleira, onde Ângela expõe as imagens de Felipe, preservando sua presença por meio delas, como uma espécie de “altar” dedicado a ele. Nas fotografias, guarda o intocável: nada poderia feri-lo, sua memória está segura, sua presença capturada. Contudo, a fotografia também guarda o avesso da tentativa de preservação: na fotografia, o tempo não avança. A fotografia mostra um objeto que já não está mais presente, um objeto que já se perdeu e não mais existe (Barthes, 1984). É a presença do simulacro e a ausência do objeto real, nela Ângela

percebe a imagem preservada do passado e a ausência de um futuro que nunca chegou:

Em todas, Ângela sempre enxergou — como se pudesse ver o negativo da foto — a ausência de Felipe, que seria um adolescente de catorze anos na primeira, um jovem de dezoito na segunda e um moço de vinte e nove na última, abraçando orgulhoso a prima a se formar pouco depois dele (Gallo, 2015, p. 56).

Quando considera a renúncia, Ângela está visitando o cais, espaço onde o tempo se suspende, ignorando a passagem dos trinta anos: “Fora desse refúgio à beira-mar, cada pequena coisa, cada pequeno gesto das pessoas ou palavra dita parecia reter em sua sombra um chamado silencioso – mas urgente – pelo resgate de Felipe” (Gallo, 2015, p. 21-22). Ao deixar o cais as memórias retornam e Ângela é novamente invadida pela tragédia da perda. A narrativa é construída no contraste entre presença e ausência: memória e realidade. As memórias são uma manutenção da presença de Felipe, a única voz que ele possui é o silêncio, comunicante de sua falta.

Não conseguindo se desvencilhar das lembranças, Ângela se recorda das buscas fracassadas por meio destes espaços por onde transita. Ela ainda passava em frente à rua da galeria, por hábito, esperando reencontrá-lo. Diversas vezes seguiu o caminho, quase automaticamente, como se uma força maior a puxasse de volta para lá. Ignorando a passagem do tempo, ela o projeta nesses espaços, como se ele fosse retornar exatamente o mesmo de anos atrás:

Esse Felipe imaginário, ilhado no tempo, não participava das mudanças na cidade conforme elas ocorreram nos últimos trinta anos: desconhecia os novos viadutos, as ruas que mudaram de sentido, a trama cada vez mais complexa de avenidas a cortarem o município ou os outdoors substituídos. (p. 29)

No passado, pouco tempo depois do desaparecimento, tentou voltar à escola para lecionar, mas não pôde enfrentar as milhares de projeções de Felipe em outras vozes, outras crianças chamando por suas mães. Observá-las vivendo suas infâncias plenas trazia as memórias do que Felipe um dia foi, dos momentos e das brincadeiras que compartilhou com ele, reforçando a necessidade de tê-lo de volta e a impotência de não o recuperar sob nenhuma circunstância e acima de qualquer esforço. As memórias eram sempre contaminadas pela perda.

Após trinta anos, durante um de seus trajetos de carro, Ângela se recorda de um momento específico que partilhou com o filho, uma memória perdida, abandonada entre milhares de outras memórias dos dias terríveis de seu desaparecimento, evocada pelas luzes dos carros na rodovia. Na memória, ela o vê correndo atrás de outras luzes: o brilho dos vaga-lumes. Lentamente se recorda com clareza do filho, aos quatro anos, visitando o sítio de um amigo da família, encantado pelos insetos luminosos. Impressiona-se, percebendo que em seu interior pode existir uma memória tão reconfortante:

Como você pôde se esquecer disso, Ângela? Ao invés da culpa ou da gravidade que poderiam – e costumavam – acometê-la em tudo que se relacionava com Felipe, um sorriso brota em seu rosto, complacente e tocado pela alegria dessa recordação. Incrível uma lembrança reaparecer assim, intacta, depois de tantos anos apagada. A mulher chega a rir sozinha, pensando que agora os vaga-lumes haviam furado o escuro de seu esquecimento com a luz deles. Tudo o que Ângela tem vontade nesse momento é ser capaz de conseguir preservar o alumbramento dessa memória, a primeira surgida nova em meio a todas as outras, sempre tão impregnadas das sombras do pesar pela perda do filho que se sucederia. Incrível algo assim acontecer (Gallo, 2015, p. 73-74).

Quando decide renunciar das buscas pelo filho, ela tenta refazer suas perspectivas para abrigar essas memórias com o carinho que merecem, sem que sejam ofuscadas pela ausência do filho.

Meses após a renúncia, tenta se comunicar com o filho ausente e se despedir dele. É um evento significativo no seu processo de reconstrução, porque demonstra que há a necessidade de que essas palavras, os significantes, tenham alguma direção. Dialogando com o silêncio, percebe que não pode mais construir essa imagem ancorada na perda, precisa reconstruir o significante Felipe como aquele com quem conviveu:

Quero tirar de mim essas sombras que encobrem as minhas memórias de você, para poder recordar somente com carinho de cada um dos momentos que vivi ao seu lado. Quero poder -apreciar até mesmo aquele nosso último instante juntos, que eu sempre lamentei. [...] Você estava crescendo e era tão lindo... A graciosidade dos seus passos sem tamanho, suas perninhas jogadas para trás em cada pisada contra o chão do corredor, seus bracinhos abertos como asas, seus cabelinhos loiros agitados como fios de uma trama de leveza. Isso era você, não a tragédia que veio depois. (Gallo, 2015, p. 334-335)

Ao perpetuar as buscas pelo filho, Ângela deu forma à ausência dele, transformou-a em uma sombra, sempre pairando sobre a vida dela e dos familiares,

ainda que ausente. A insistência em esperar pelo retorno dele era uma maneira de garantir que ele permanecesse, ainda que ausente, perpetuado e evocado por ela cada vez que retomava as buscas, a cada cartaz exposto nas ruas, a cada tentativa desesperada de mantê-lo vivo pela esperança de retorno. No entanto, incorporando-o como uma lembrança, podia vislumbrar um fim para a sua angústia de dialogar com um sujeito ausente.

3.2 PERDA DO OUTRO E PERDA DO EU

Para Ângela, a ausência do filho é percebida como uma perda do espelho sobre o qual construía o seu Eu. A falta de Felipe não a permite enxergar a si própria, tornando-a sujeito fragmentado, errante entre um espaço e outro, na ânsia de reencontrar o filho e preencher o vazio deixado por ele na sua própria constituição. Após a perda, todos os aspectos de sua vida entram em um permanente estado de suspensão. Ela não pode *ser* sem ele, incapaz de reinterpretar sua realidade na ausência. Para ela, o desaparecimento dele é o desaparecimento de si própria, o esmaecimento gradual de sua própria identidade: O vazio da ausência a invade: “Ela parecia esvaziada, prestes a morrer” (Gallo, 2015, p. 271).

Todos os outros aspectos de sua vida se tornam secundários na sua busca pelo filho. O seu único movimento é ao redor dele, na constante tentativa de restituir a identidade materna através do reencontro com o filho. O trabalho, a família, os amigos, as celebrações, nada disso tem espaço nesta lógica onde só orbitam mãe e filho. Não se planeja o futuro, porque neste ele está ausente. A espera do retorno a posiciona em um limbo: a mãe não pode se reconstruir porque não aceita a perda. Continuar procurando por ele anula a possibilidade de prosseguir com a vida, as duas ações se excluem. Prosseguir não é possível enquanto houver a possibilidade do retorno: “Se eu tivesse voltado a trabalhar, tido outros filhos e tudo mais, todo mundo teria pensado que eu estava seguindo adiante de forma saudável, que eu estava superando minha tragédia. Mas isso seria só... uma espécie de tecido muito fino tentando encobrir um buraco enorme” (Gallo, 2015, p. 79).

A falta de Felipe evidencia a falta em Ângela, o objeto *a*, que não encontra sua satisfação no Real, Simbólico ou Imaginário. O filho que ocupava o espaço deste vazio agora expõe a imperfeição do Eu. Perceber-se na ausência do Outro é perceber-se

vazia, sem identidade. Ao preencher o vazio com a existência dele, ela esconde a falta que é inerente ao ser humano, ignora-a e a projeta para fora do seu campo de significantes. Após a perda do filho, o objeto *a* se manifesta no desejo perpétuo e impossível de ser satisfeito: reencontrar-se e reunir-se com o filho. O desejo insatisfeito alimenta o corte na ferida narcísica, resultando na redução de si. Ângela se coloca em segundo plano, acreditando que somente poderia voltar a *ser* se tivesse Felipe de volta.

A perda não representa apenas a ausência de um significante através do qual se constituía, mas também a perda do objeto de desejo, a força-motriz da sua existência. Estar exposta a essa falta gera a angústia de não conseguir mais se relacionar com o seu desejo, temporariamente preenchido pela presença do filho. Tornando a falta visível, ele provoca a crise do Eu de Ângela. Apoiar-se no espelho do Outro para se constituir é a prova de que o sujeito é incompleto e não basta por si próprio, não basta sem a linguagem, assim como Ângela não basta sem Felipe. Tendo o seu desejo abalado, ela perde o rumo na cadeia de registros do Eu.

Conforme Besset (2007), a perda do objeto de amor é uma perda da posição de amado. A angústia se manifesta na irrupção repentina do prazer causado pelo objeto de amor, que supria a natureza faltante do sujeito, exigindo deslocamentos de libido que Ângela não é capaz de fazer durante muito tempo. Ela insiste em permanecer alimentando o desejo de retorno do filho, mas persistir em um objeto de desejo que não pode ser recuperado é a causa da angústia, pela impossibilidade de acesso a ele. O seu desejo continua vinculado ao filho desaparecido e ela continua exposta ao próprio vazio evidenciado pela falta dele.

O luto pela perda do objeto de amor é dificultado em virtude do espaço antes compartilhado entre eles. Os objetos que o sujeito costumava usar, os hábitos que movimentavam a vida familiar e os traços destes encontros deixam uma marca nos corpos dos entes queridos. É esta marca que traz a sensação de que o objeto perdido esteja conectado a ele, ao seu próprio corpo, em uma intercorporeidade (Fuchs, 2017). A perda traz a sensação de mutilação, porque o sujeito é fisicamente afastado deste corpo com quem coexistia, como se uma parte de si tivesse sido subitamente arrancada, mas ainda fosse sentida no corpo, prolongando o sofrimento.

Conforme Fuchs (2017), a presença e a ausência do objeto amado geram uma ambiguidade na percepção da realidade. O enlutado sente a proximidade e a presença de algo invisível e inalcançável. No romance, não se constata uma ausência permanente porque não há um corpo morto, reforçando ainda mais a ambiguidade entre o que está vivo (presente) e o que está morto (ausente), entre o mundo que costumava ser quando o filho estava presente e o que se tornou na sua ausência. Por vezes esses mundos se misturam e a mãe procura o menino de cinco anos que perdeu, mesmo consciente de que seria impossível encontrá-lo anos depois. A presença da ausência se manifesta na percepção de uma ambiguidade entre saber que o ente querido não está presente e sentir, por outro lado, que ele permanece incorporado no espaço, nas memórias, nas impressões e sensações causadas por ele:

De modo similar, roupas vazias ou pertences familiares evocam a presença do ente querido, enquanto no momento seguinte dolorosamente relembram sua ausência. Rotas tomadas em conjunto, rotinas cotidianas compartilhadas, barulhos familiares e encontros antecipados, todos pertencem à memória intercorpórea que ainda guarda o falecido [ausente/desaparecido]. Essa memória habitual se manifesta em proteções corporais involuntárias – ouvir a porta no momento em que o parceiro costumava vir, espera-lo sentar em sua cadeira usual, chamar ao telefone quando ele está tocando, etc. – e se projeta na presença do ambiente. (Fuchs, 2017, p. 53, tradução minha)⁷

No paradoxo da presença da ausência, Felipe passa a existir, preenchido pelos significantes dos outros. O filho perdido toma a forma e presença no sofrimento dos pais. A casa, os objetos e as memórias são um apego à existência de um corpo ausente. A memória de Felipe é incorporada nos objetos da casa, nos seus pertences, brinquedos e roupas, nas fotografias e nos trajetos percorridos por Ângela:

Se fizer a conversão à direita a seguir, passará pela rua da galeria onde Felipe desapareceu. Percorrerá o caminho conhecido pelo garoto dali até sua casa, como ela sempre fez ao voltar de seu rito diário no antigo cais, ou em todas as vezes que passara dirigindo por esse pedaço (Gallo, 2015, p. 30).

⁷ Similarly, vacant clothing or familiar belongings evoke the loved one's presence, while in the next moment painfully reminding their absence. Routes jointly taken, shared everyday routines, familiar noises and anticipated encounters all belong to the intercorporeal memory which still harbors the deceased. This habitual memory manifests itself in involuntary bodily protentions – hearing the door at the time the partner used to come, expecting him to sit in his accustomed chair, to call on the phone when it is ringing, etc. – and projects his presence into the environment.

Ângela afirma não sentir mais a presença do filho: “acho que isso que chamam de ‘sentir o filho’ é só uma mistura de esperança e angústia cuja sombra tem o mesmo contorno da criança perdida” (Gallo, 2015, p. 84), mas ainda mantém o contato com ele ao preservar o espaço onde ele conviveu. É nesses contornos que o objeto perdido reafirma a sua conexão com os enlutados. O espaço se torna repleto dessas sombras, criando a experiência equívoca de que o objeto perdido pode estar presente, mesmo na ausência. Contudo, na realidade sua falta gera uma lacuna que não pode ser preenchida de nenhuma outra maneira, seja pela substituição dele por um outro Felipe imaginário, seja na esperança de retorno. A perda do filho evidencia uma falta de si que constitui a problemática da obra. Ângela precisa aprender a se reestruturar enquanto sujeito sem ele. Para isso, aceitar a sua perda e a possibilidade de não-retorno é essencial.

3.2.1 Reconstrução do Eu e Reconfiguração do Desejo

Para Freud (1917; 2004), o trabalho de luto requer o reconhecimento que o objeto não mais existe e uma retirada da libido das relações mantidas com ele. Eventualmente, espera-se que o teste de realidade revele a ausência permanente do objeto de amor. Contudo, isso não ocorre sem resistência do sujeito, que investe suas energias no objeto amado na tentativa de mantê-lo presente, por meio de lembranças e expectativas. Nesse processo, o trabalho de luto absorve o Eu do sujeito, de modo que este se torna vazio sem o objeto de amor, sendo comuns as inibições e a autodepreciação, podendo se estender a uma melancolia de natureza patológica.

O luto se distingue da melancolia pelo empobrecimento do Eu: “se partimos da analogia com o luto, concluiremos que ele sofreu a perda de um objeto; se partimos do que ele nos diz, afirmaremos que houve uma perda no seu Eu” (Freud, 1917; 2004, p. 107). No caso de Ângela, observamos os dois processos: a perda do objeto amado causa a perda do Eu, porque o outro constituía parte de si. Além disso, não há constatação de que o objeto não mais existe, perturbando a concretização da perda, embora a ausência do filho seja um fato concreto. A reconfiguração do desejo se torna impossível diante da possibilidade do retorno de Felipe, o que vincula a libido de Ângela a um objeto ausente. A perda do objeto absorveu o Eu de Ângela, que se

tornou vazio e preso em uma repetição de referentes, na tentativa de realizar um teste de realidade que nunca termina, pois nunca constata a perda.

Conforme Rosa Junior (2022), uma leitura lacaniana do luto nos permite compreendê-lo como uma situação intolerável para o Eu, causando o rombo no Real, o rasgo no tecido da realidade que sustenta o sujeito. A dor do luto e a perda do objeto amado está para além da representação do Simbólico e também constitui a impossibilidade do significante no Outro. O trabalho de luto propicia uma satisfação à insuficiência dos significantes na linguagem diante do transbordamento do Real pela perda de um ente querido, tornando-se uma tentativa de “ontologizar os restos, torná-los presentes, em primeiro lugar em *identificar* os despojos e *localizar* os mortos” (Derrida, 1994, p. 24).

Jamais pode se preencher o furo causado pela perda, contudo, a realização dos ritos tem importância por sustentar a perda em nível Simbólico. Para Ângela, essa satisfação simbólica não tem suporte na realidade porque o que foi perdido não está presente, não há um corpo para enterrar. Na obra, a não realização do rito transforma o significante do filho em um fantasma retornante, uma insatisfação da memória. O espectro do retorno a mantém presa aos primeiros estágios do luto, impedindo-a de prosseguir para a reconstrução do Eu. Há o superinvestimento no objeto amado, mas não há um desapego gradual ou a dissolução dos traços da libido.

Antes da renúncia a mãe só consegue perpetuar um Eu que não encontra respaldo na realidade: o Eu-mais-o-Outro. Nessa equação não cabe um sujeito ausente, o que explica a necessidade de preencher os significantes do filho com seus próprios, criar a representação dele a partir de seus resquícios, evocar uma presença não-presente. Entretanto, a presença simulada pelos objetos, memórias e projeções não é o suficiente para preencher o espaço do significante Felipe. Na sua insuficiência, a representação anula a equação Eu-mais-o-Outro, tornando o vazio do Real evidente.

Sem Felipe, Ângela perde o referente a partir do qual se constituía. Após trinta anos perpetuando a presença do ausente, ela tem que encarar uma decisão difícil: abandonar a esperança e se reconstruir sem o seu referente, ou abandonar a si própria e se entregar à tarefa de perpetuar o desejo de um reencontro que jamais poderia acontecer. Esperar o retorno dele é anular a sua própria vida. Insistir na ideia

de um retorno posterga o luto, sem o qual não se pode aceitar a perda, gerando prejuízos ao Eu, preso na representação do Outro e o vazio de si próprio.

Ela se entrega de tal modo ao filho, que não consegue encontrar um espaço para si própria na equação Eu-mais-o-Outro, gerando um processo de apagamento, no qual apenas o Outro fica em evidência. Como consequência, sua integração ao mundo se torna insustentável. Uma vida dedicada a um filho desaparecido é uma vida repleta de limitações, porque nada mais tem espaço enquanto ele não retornar. Sua autoestima, suas relações, carreira e expectativas são abaladas e isso se estende por três décadas, até que o Eu impõe um limite e a necessidade de reestruturação. Isso não significa que ela o abandona, deslocando a sua libido para outro objeto de amor, como sugere o trabalho de luto, mas que seu Eu precisa se reencontrar na ausência do filho, reconhecê-lo como parte integrante de si. Para isso, abandona a esperança de recuperá-lo. De outra forma, não seria capaz de prosseguir sem anular a si mesma:

Restava-me apenas escolher entre chegar ao término de minha própria vida ainda ancorada à minha tragédia, ou ao menos tendo rumado para outros caminhos. Não se trata de uma decisão simples esse encerramento, nunca se tratou. Talvez nem tenha sido mesmo uma escolha, mas sim a falta de outras; a aceitação de que havia caído em um vazio do qual só restava tentar sair. As coisas nunca poderiam ser tão remansadas quanto eu poderia sonhar, mas minha renúncia a acreditar em um reencontro era a última chance que tinha de poder juntar os cacos de minha vida e formar um pequeno pedaço de chão onde pudesse pisar, para continuar caminhando (Gallo, 2015, p. 14 - 15).

O processo de reajuste à realidade requer que se reconheça a perda irreversível do objeto e que reconheça a si próprio sem o objeto de amor. Para isso, há uma revisão de identidade: agora o Eu se volta para si, em busca de se situar no mundo sem o outro. É necessário, portanto, um reajuste gradual, reconhecendo aos poucos a realidade da perda e revisando as experiências e memórias partilhadas com o ausente. De acordo com Fuchs (2017), o luto gera um conflito pela ambiguidade entre a presença e ausência do objeto amado, que pode ser resolvida de duas maneiras complementares: por meio da *identificação* e *representação* do outro.

Na *identificação*, o sujeito incorpora as características que pertenciam ao objeto amado, partilhando de hábitos e gostos que ele costumava ter: “O ente querido agora está ‘em mim’, dentro do meu próprio campo de experiência emocional, ainda presente, mas como uma presença interna e reconfortante, sem ter que ser procurada

ou encontrada fora” (Fuchs, 2017, p. 58).⁸ Por outro lado, na *representação* a perda é reconhecida e o ente querido é evocado pela imaginação, por meio das memórias. A ambiguidade é resolvida porque o objeto amado não está mais presente, exceto nas representações de um passado que também constituem o Eu. O passado é reconfortante, porque nele as memórias são puras e claras, intocadas pela violência da perda: “o que nós compartilhamos e vivenciamos juntos permanece e não pode ser extinguido” (Fuchs, 2017, p. 58, tradução minha).⁹

Além da memória, o objeto amado pode ser representado em rituais e imagens, em resposta à negação da presença do objeto: ele se faz presente naquilo que o simboliza. Em ambas formas de representação, a perda do objeto é reconhecida, o passado é encarado como irreversível e concreto, dando espaço para a formação de um novo futuro, onde a presença do outro se torna simbólica e subjetiva para que a reintegração possa finalmente ocorrer. Desse modo, o luto se torna muito mais do que um desapego ao objeto amado, sendo uma atividade infinita, porque não há um desprendimento completo, ao contrário, ele permanece, mas como uma parte renovada que compõe o Eu.

Renunciar significa encarar a perda concreta do objeto de amor. O vazio deixado pelo filho precisa ser preenchido após esta constatação: “Ele não existe mais” (Gallo, 2015, p. 85). Uma reestruturação da sua realidade é exigida, pois finalmente Ângela é libertada das amarras da possibilidade de retorno e ressignifica as representações do filho: os pertences e os espaços em que ele viveu são revistos para abrigar uma nova versão de sua vida na ausência dele. É preciso enterrar as esperanças de um retorno para aceitar sua ausência como parte da realidade e assim poder prosseguir na memória reconfortante do que o filho foi durante o período em que viveram juntos. Desistir das buscas é finalmente tomá-lo como um significante presente dentro de si própria nas memórias que comportam o significante do filho, reconhecendo-o, simultaneamente, inalcançável, ausente no mundo. Assumindo a perda, e reconstruindo o seu vínculo com ele, Ângela pode dar continuidade à própria vida e “encerrar o desaparecimento de si mesma” (Gallo, 2015, p. 374).

⁸ The loved one is now “in me”, within my own field of emotional experience; still present, but as an inner, comforting presence, without having to be searched for or “found” outside.

⁹ what we have shared and experienced together remains and cannot be extinguished.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A perda de um ente querido é uma fissura no tempo e no espaço. O enlutado se sente desconexo da realidade. Essa perda subtrai dele também uma parte de si e, portanto, o trabalho de luto requer muito mais do que aceitá-la como permanente e irreversível, requer também uma reconstrução do seu próprio Eu. A ausência se impõe como uma presença, pois evoca todos os referentes daquele ser que não mais é: lembranças que sobrevivem e simulam uma parte daquele corpo, uma ficção de existência. Impõe-se um diálogo sem interlocutor: precisa-se manter sua memória viva, sob o risco de infidelidade para com o outro.

Na sociedade ocidental contemporânea, o tempo é uma constante preocupação, por isso, o luto é encarado como uma pausa na produtividade e deve ser realizado da forma mais breve o possível, para não perturbar tal ordem (Ariès, 2003). A perda deixa resquícios do Outro no sujeito, exigindo uma energia dispendiosa para compreender como prosseguir naquela ausência, pois já não se é mais o mesmo. Contudo, ainda se espera que poucos dias após uma perda se seja capaz de prosseguir com as atividades cotidianas e superar o luto. Isso impossibilita uma conexão genuína com o que foi perdido, o luto é postergado, não-absorvido.

Demonstrou-se, aqui, que os modelos de luto mais recentes se baseiam na ideia de que esta não é uma tarefa finita, os laços com o ente querido que se perdeu são contínuos, e a perda definitiva não o separa do mundo dos vivos. Ele é incorporado na essência do enlutado. O tempo não aumenta a distância entre nós e o que se perdeu, mas a reduz, pois permite que se elabore uma nova relação com o morto.

O romance analisado traz a problemática da relação que não pode ser reconstruída ou revista, pois a expectativa do retorno não permite. A ausência não se impõe como permanente, mas temporária. Enquanto presa nessa lógica, a mãe não pode pensar no filho a não ser à luz do trauma, a ferida que não cicatriza. A relação que mantém com ele é carregada de culpas e de expectativas que já não mais se aplicam à realidade. Ela espera que através do reencontro a relação seja retomada, que tudo volte a ser como era. Não à toa, guarda o quarto do filho intocado, a infância transbordando nos objetos dele. Trinta anos depois, o filho seria um homem maduro, incapaz de se relacionar com aquele Eu que a mãe cultivou por tanto tempo.

A renúncia é o reconhecimento da perda concreta, é o momento de

desorganização maior, pois ela precisa encarar a realidade e reajustar suas expectativas em relação ao filho. Há nessa constatação um ato de morte, a impossibilidade de retorno, sobretudo do filho que foi furtado de si, a infância que não viveu, o desenvolvimento que ela não pôde acompanhar, pois o filho que ama não é um homem adulto, mas uma criança, a imagem que esteve congelada na sua memória desde o desaparecimento, e esse amor não cessa, independente da ausência. Assim, o vínculo com o ausente é reconstruído na medida em que a mãe se permite uma nova relação com ele, abandonando a esperança de reencontrá-lo e dando continuidade aos seus projetos de vida, há muito abandonados.

Na presente dissertação propus uma análise desse processo de reconstrução, buscando compreender como o romance registrou o luto e a ausência. Percebe-se Ângela como o eixo central da narrativa, pois é a partir dos seus conflitos internos que a trama se desenrola e a partir dos seus ritos de renúncia que se possibilita um encerramento.

O processo de leitura de um texto é, também, um processo de reorganização interno para o leitor. É uma vivência outra que permite refletir sobre a própria existência. Nós todos conhecemos a materialidade da ausência, pois ela é inerente à vida, os seres humanos são organismos em processo de destruição, e um dia também serão ausência. Contudo, não se sabe lidar com ela, a ausência diz algo sobre nós próprios que não queremos ouvir: somos fragmentos de um Outro, não sabemos existir quando temos essa parte arrancada de nós. Em uma sociedade onde a morte e a perda são assuntos interditos, o romance ressalta a importância desse processo de reconstrução, quando já não mais se tem acesso ao Outro, quando os significantes se tornam precários. Para a personagem, o modelo de um trabalho de luto conclusivo, em que ocorre a desconexão com o objeto amado é impossível, pois o filho a coabita, é uma parte de si, agora incorporada.

Na revisão dessa relação com o outro se encontra uma ausência de novos significantes, que devem ser reorganizados para abrigar uma nova forma de *ser*. Há a partir da renúncia, o renascimento da mãe, o rebentar de si própria.

REFERÊNCIAS

- ARIÈS, Philippe. *História da morte no Ocidente: da Idade Média aos nossos dias*. Ediouro, 2003.
- ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. 2 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2014.
- ARISTÓTELES. *Poética*. Edição bilíngue. Tradução, Introdução e Notas de Paulo Pinheiro. São Paulo: Editora 34, 2015.
- BADINTER, Elisabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BARRETO, Ramirez Francismar. Traços míticos de um luto sem vestígios. *Encuentros Uruguayos*, Montevideu, v. 12, n. 1, p. 39-48, 2019.
- BARTHES, Roland. *A câmara clara*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- BAUMGARTEN, Alexander G. *Estética*. Tradução de Mirian Sutter Medeiros. Petrópolis: Editora Vozes, 1993.
- BENVENUTO, Bice; KENNEDY, Roger. *The works of Jacques Lacan: an introduction*. Londres: Palgrave Macmillan, 1986.
- BESSET, Vera Lopes. Luto e angústia: questões em torno do objeto. *Latin American Journal of Fundamental Psychopathology On Line*, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 185-192, 2007.
- BOSS, Pauline. *Ambiguous loss: Learning to live with unresolved grief*. Londres: Harvard University Press, 1999.
- BROOM, Alex; PETERIE, Michelle. Troubling grief: Spectrality, temporality, refusal, catharsis. *The Sociological Review*, v. 72, n. 5, p. 1018-1037, 2024.
- CANDIDO, Antônio. A personagem do romance. IN: CANDIDO, Antônio. *A personagem de ficção*. São Paulo: Perspectiva, 1976.
- CAPANEMA, Carla Almeida; VORCARO, Ângela Maria Resende. A condição do ser falante no nó borromeano. *Estilos da Clínica*, São Paulo, Brasil, v. 22, n. 2, p. 388–405, 2017.
- CARUTH, Cathy. *Unclaimed Experience: Trauma, Narrative and History*. Londres: Johns Hopkins University Press, 1996.
- CASTLE, Jason; PHILLIPS, William L. Grief rituals: Aspects that facilitate adjustment to bereavement. *Journal of Loss & Trauma*, v. 8, n. 1, p. 41-71, 2003.
- CORRÊA, Almir Aquino. O luto interminável: Barthes e a presença ausente./ The never-ending mourning: Barthes and the presence of absence. *Revista da Anpoll*, v.

1, n. 33, 2012.

DERRIDA, Jacques. *Espectros de Marx: o estado da dívida, o trabalho do luto e a nova Internacional*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

DUTRA, Paula Queiroz. Violence and gender in “Violentada”, a short story by Rafael Gallo, and in Adelaide Ivánova’s poetry. *Journal of Feminist, Gender and Women Studies*, Madrid, n. 11, p. 7-14, 2021.

FIELD, Nigel P. Unresolved Grief and Continuing Bonds: An Attachment Perspective. Filadélfia, *Death Studies*, v. 30, n. 8, p. 739–756, 2006.

FINK, Bruce. *O sujeito lacaniano: entre a linguagem e o gozo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

FREUD, Sigmund. *Além do princípio do prazer*. Porto Alegre: L&PM, 2016.

FREUD, Sigmund. Luto e melancolia. In: FREUD, Sigmund. *Escritos sobre a psicologia do inconsciente*. Rio de Janeiro: Imago, 2004, v. 2, p. 98-122.

FREUD, Sigmund. O Eu e o Id. In: FREUD, Sigmund. *Escritos sobre a psicologia do inconsciente*. Rio de Janeiro: Imago, 2007, v. 3, p. 13-66.

FREUD, S. *O infamiliar [Das Unheimliche]*. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

FREITAS, Joanneliese. Luto e fenomenologia: uma proposta compreensiva. *Revista da Abordagem Gestáltica: Phenomenological Studies*, v. 19, n. 1, p. 97-105, 2013.

FUCHS, Thomas. Presence in absence. The ambiguous phenomenology of grief. *Phenomenology and the Cognitive Sciences*, v. 17, n. 1, p. 43-63, 2017.

GALLO, Rafael. Cada personagem é o outro e sou eu. IN: BRAIT, Beth. *A personagem*. São Paulo: Contexto, 2017. p. 169-171.

GALLO, Rafael. *Dor fantasma*. Rio de Janeiro: Biblioteca Azul, 2023.

GALLO, Rafael. *Rebentar*. Rio de Janeiro: Récord, 2015.

GALLO, Rafael. *Rebentar*. Rio de Janeiro: Récord, 2023.

GALLO, Rafael. *Reveillon e outros dias*. Récord, 2012.

GATTÁS, Gilka J. FIGARO-GARCIA, Claudia. *Caminho de volta: tecnologia na busca de crianças e adolescentes desaparecidos no Estado de São Paulo*. São Paulo: Secretaria Especial de Direitos Humanos. Acesso em: 30 ago. 2025.

GENNEP, Arnold. *Os ritos de passagem*. Petrópolis: Vozes, 2012.

HOROWITZ, Mardi J. et al. Pathological grief and the activation of latent self-images. *The American journal of psychiatry*, v. 137, n. 10, p. 1157-1152, 1980.

HUGHES, Emily. The timeless time of the dead: At the limits of temporal experience in grief. *Angelaki*, v. 29, n. 5, p. 37-51, 2024.

KLASS, Dennis; SILVERMAN, Phyllis R.; NICKMAN, Steven L. (Orgs.). *Continuing bonds: new understandings of grief*. Nova York: Taylor & Francis, 1996.

KOVÁCS, Maria Júlia. *Morte e desenvolvimento humano*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1992.

KUBLER-ROSS, Elisabeth. *Sobre a morte e o morrer: o que os doentes têm para ensinar a médicos, enfermeiras, religiosos e aos seus próprios pacientes*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

LACAN, Jacques. *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

LACAN, Jacques. *Nomes-do-Pai*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

LINDEMANN, Erich. Symptomatology and management of acute grief. Washington, *American journal of psychiatry*, v. 101, n. 2, p. 141-148, 1944.

MERLEAU-PONTY, Maurice. *Fenomenologia da percepção*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MILLET, Kate. *Política sexual*. Madri: Cátedra, 1995.

OLIVEIRA, Júlio César Souza de. A produção discursiva da crença: identidade passional dos actantes no conto “Balas”, de Rafael Gallo. *Seda-Revista de Letras da Rural-RJ*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 8, 2019.

OLIVEIRA, Júlio César Souza de. Em torno dos direitos humanos: veridicção na argumentação literária. *Revista Brasileira de Literatura Comparada*, Salvador, v. 23, p. 32-41, 2021.

PARKES, Colin Murray. *Luto: estudos sobre a perda na vida adulta*. São Paulo: Summus, 1998.

PERROT, Michele. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

RANDO, Therese A. Creating therapeutic rituals in the psychotherapy of the bereaved. *Psychotherapy: Theory, Research, Practice, Training*, v. 22, n. 2, 1985.

RANDO, Therese, (Org.). *Parental Loss of a Child*. Champaign: Research Press Company, 1986.

REBENTAR. In: Michaelis, Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. Editora Melhoramentos, 2025. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/palavra/Xp3nG/rebentar/>. Acesso em: 27 jun. 2025.

ROMANOFF, Bronna D.; TERENCE, Marion. Rituals and the grieving process. *Death studies*, v. 22, n. 8, p. 697-711, 1998.

ROOT, Briana L.; EXLINE, Julie Juola. The Role of Continuing Bonds in Coping With Grief: Overview and Future Directions. Filadélfia, *Death Studies*, v. 38, n. 1, p. 1–8, 2014.

ROSA JUNIOR, Norton Cezar Dal Follo da. *Lacan com Hamlet e alguns outros*. São Paulo: Escuta, 2022.

ROSENFELD, Anatol. Literatura e personagem. IN: CANDIDO, Antônio. *A personagem de ficção*. São Paulo: Perspectiva, 1976. p. 11-49.

SANTOS, Maisa Cristina. “Violentada”, de Rafael Gallo: um Corpo Metonímico, *Revista JRG de Estudos Acadêmicos*, Distrito Federal, v. 6, n. 12, p. 267-275, 2023.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Linguística Geral*. São Paulo: Cultrix, 2015.

TERR, Lenore C. Time and trauma. *The Psychoanalytic study of the child*, v. 39, n. 1, p. 633-665, 1984.

WATT, Ian. *A ascensão do romance: estudos sobre Defoe, Richardson e Fielding*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

WHITEHEAD, Anne. *Trauma fiction*. Edinburgh University Press, 2004.

WORDEN, William. *Aconselhamento do luto e terapia do luto: um manual para profissionais da saúde mental*. São Paulo: Roca, 2013.

ZYGOURIS, Radmila. *Ah! As belas lições*. São Paulo: Escuta, 1995.